



CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF N° 17.245.234/0001-00

NIRE 31.300.044.254

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS COMPLETAS - 2024

- Relatório da administração;
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras;
- Demonstrações Financeiras – individuais e consolidadas;
- Proposta de orçamento de capital;
- Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras:
- Declaração dos diretores que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Na forma da lei, a Administração da Companhia, submete para apreciação, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Administração 2024 destacando o nosso esforço pelas práticas de Sustentabilidade em nossas operações, com foco na eficiência, qualidade e inovação

Em 2024, a economia brasileira apresentou crescimento de 3,4%, impulsionado principalmente pelos setores de serviços e indústria. O mercado de trabalho também se destacou, com o desemprego atingindo mínimas históricas e a criação de empregos levando a melhora da renda das famílias. Por outro lado, a inflação permaneceu acima do teto da meta do Banco Central, levando a uma política monetária mais restritiva e à manutenção da taxa Selic em dois dígitos.

A alteração da meta fiscal para 2025, de superávit primário para déficit zero, gerou desconfiança no mercado e resultou na desvalorização do real e no aumento do risco percebido pelos investidores. Eventos externos, como as guerras na Europa e no Oriente Médio e a vitória de Donald Trump nas eleições dos EUA, também influenciaram negativamente a economia brasileira, aumentando as incertezas globais e impactando o desempenho econômico do país.

Em relação à Companhia, foi concluído o processo de adequação do *mix* entre o fim do 3T24 e início do trimestre seguinte o processo de adequação do *mix*, em que foi priorizada a rentabilidade em detrimento do crescimento de receita. Como resultado, na comparação entre os mesmos trimestres, houve crescimento de todos os indicadores analisados, demonstrando a efetividade das medidas adotadas. É importante ressaltar que se trata do melhor desempenho em um quarto trimestre das últimas décadas.

Entretanto, pelo efeito produzido nos três primeiros trimestres do ano, esse desempenho não foi percebido na comparação anual: a receita, o lucro bruto, e o Ebitda caíram. Já o lucro líquido, cresceu 39,4%, em função de efeito não recorrente detalhado mais à frente.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Principais indicadores anuais LTM (últimos 12 meses) – Consolidado

Conta	LTM 4T24		LTM 4T23		Δ 2023 → 2024	
	R\$ mil	AV	R\$ mil	AV	R\$ mil	AH
Rec. bruta de vendas (RBV)	1.195.451		1.297.637		(102.186)	-7,9%
Rec. líq. de vendas (RLV)	1.036.777	100,0%	1.115.439	100,0%	(78.662)	-7,1%
Lucro bruto (LB)	307.192	29,6%	335.515	30,1%	(28.323)	-8,4%
EBIT	165.244	15,9%	188.699	16,9%	(23.455)	-12,4%
Lucro líquido (LL)	110.590	10,7%	80.189	7,2%	30.401	37,9%
Lucro líquido ajustado (*)	68.622	6,6%	80.189	7,2%	(11.567)	-14,4%
EBITDA ajustado (**)	193.794	18,7%	213.565	19,1%	(19.771)	-9,3%

(*) Lucro líquido ajustado pelo reconhecimento do crédito fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social prejuízos fiscais apurados em anos anteriores.

(**) O EBITDA ajustado corresponde ao EBITDA, sem os efeitos dos resultados de operações considerando sua eventualidade na geração de caixa.

Principais indicadores no trimestre – Consolidado

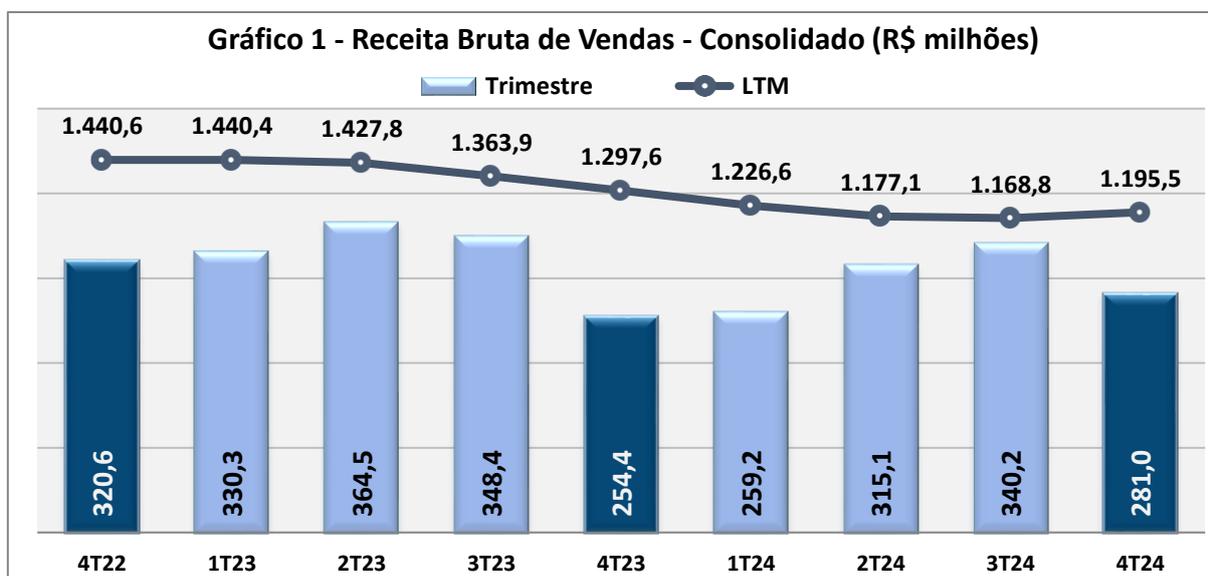
Conta	4T24		4T23		Δ 4T23 → 4T24	
	R\$ mil	AV	R\$ mil	AV	R\$ mil	AH
Rec. bruta de vendas (RBV)	281.014		254.383		26.631	10,5%
Rec. líq. de vendas (RLV)	244.635	100,0%	218.755	100,0%	25.880	11,8%
Lucro bruto (LB)	77.817	31,8%	69.589	31,8%	8.228	11,8%
EBIT	41.890	17,1%	35.125	16,1%	6.765	19,3%
Lucro líquido (LL)	60.409	24,7%	13.373	6,1%	47.036	351,7%
Lucro líquido ajustado (*)	18.440	7,5%	13.373	6,1%	5.067	37,9%
EBITDA ajustado (**)	52.151	21,3%	41.204	18,8%	10.947	26,6%

Receitas Bruta e Líquida de Vendas (RBV e RLV)

O final do ciclo de otimização do *mix*, fica evidenciado pela linha no Gráfico 1 abaixo, referente à Receita Bruta de Vendas em períodos de doze meses. Pelo terceiro trimestre, há certa estabilidade no número, perto da marca de R\$1,2 bilhão.

Analisando os trimestres individualmente, representados pelas barras no Gráfico 1, é possível identificar crescimento de 10,5% na RBV no quarto trimestre de 2024, quando comparada a igual período do ano anterior. Comportamento semelhante é observado na mesma comparação da RLV, que cresceu 11,8%, ao atingir R\$281,0 milhões.

No Gráfico 1 é exibida a evolução da RBV trimestre a trimestre (barras) e acumulada em quatro trimestres (linha).



Lucratividade bruta (LB)

O lucro bruto em 2024, de R\$307,2 milhões, foi 8,4% inferior ao de 2023, em grande parte explicado pela redução da RBV, mas também sofrendo influência da margem bruta, que foi 0,5 p.p. menor que a do ano anterior. A queda do lucro bruto pode parecer contraditória, à primeira vista, com o alegado ciclo de otimização do mix, mas é preciso levar em consideração que não é apenas este que a determina; ela também sofre influência dos custos de produção, cuja alta não é transmitida imediata e integralmente para os preços de venda. As consequências da desvalorização cambial, por exemplo, não podem ser ignoradas.

Entretanto, na comparação dos trimestres individualmente (4T23 x 4T24), houve estabilidade da margem bruta (em 31,8%) que, aliada ao já mencionado aumento da RBV e da RLV, levou a crescimento de 11,8% no lucro bruto. Fato curioso é que a margem bruta do 4T24 foi a maior do ano, o que normalmente não acontece, já que a sazonalidade tão marcante no segmento de atuação da Companhia, faz com que o terceiro e o segundo trimestres, nessa ordem, sejam historicamente os mais dinâmicos e rentáveis.

Trimestre	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
Margem bruta	25,8%	27,8%	28,2%	32,9%	31,8%	30,8%	29,6%	26,9%	31,8%

Geração de caixa (EBITDA)

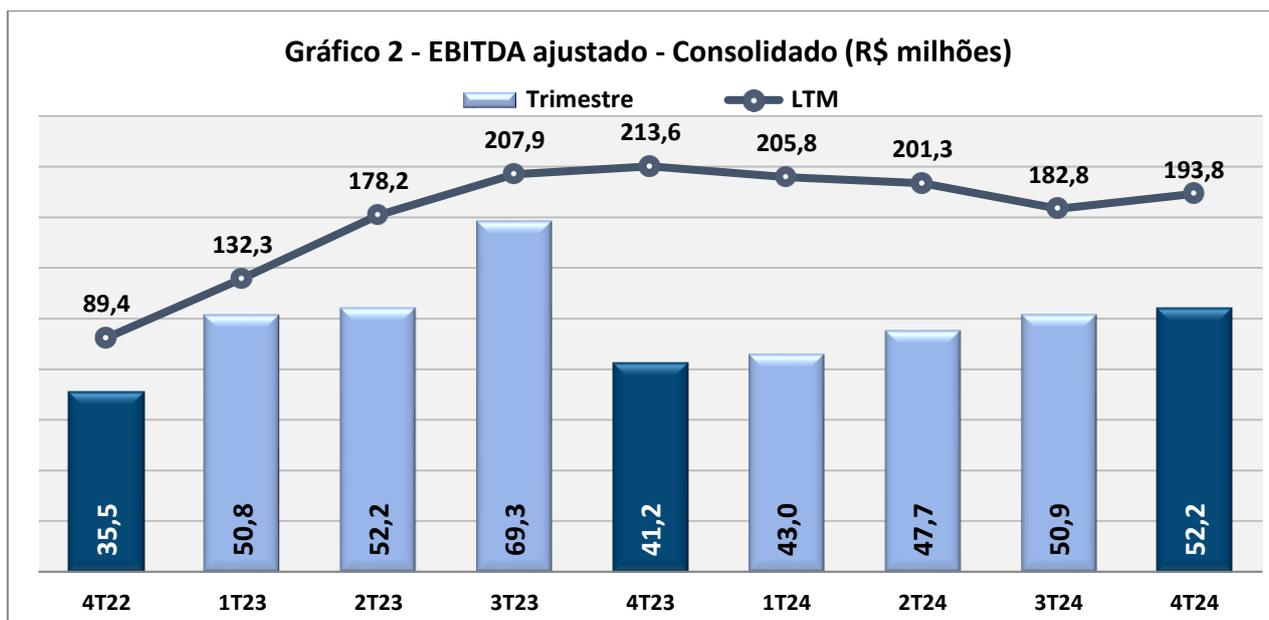
Desempenho semelhante ao descrito para o lucro bruto ocorreu com o Ebitda: crescimento na análise de trimestre contra trimestre, mas queda na comparação anual, em função do comportamento observado nos três trimestres anteriores e indicando que tal redução não tende a continuar. É importante ressaltar que a margem Ebitda do 4T24, de 20,4%, é a maior não só quando comparada à dos últimos quatro trimestres como também é superior à dos últimos 9 trimestres, conforme tabela abaixo.

Mais importante, é a consolidação do Ebitda anual no patamar próximo a R\$200 milhões, valor amplamente superior ao que era apresentado até 2020 – quando não conseguia superar o nível de R\$50 milhões –, demonstrando a correta execução de formulação estratégica que elevou os níveis de lucratividade da Companhia.

O quadro abaixo, mostra a evolução trimestral da margem Ebitda nos últimos seis trimestres.

Trimestre	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
Margem Ebitda	13,1%	17,9%	16,7%	23,1%	18,8%	19,1%	17,6%	17,3%	21,3%

O gráfico a seguir demonstra o comportamento do Ebitda ajustado ao longo dos últimos nove trimestres.



A Companhia ajusta o Ebitda para fins de comparabilidade entre os períodos, eliminando os efeitos não recorrentes (positivos ou negativos) do seu cálculo.

Reconciliação do EBITDA com o lucro líquido - consolidado (R\$ mil):

	4T24	4T23	LTM em	
	R\$ mil	R\$ mil	31/12/24	31/12/23
Resultado líquido	60.409	13.373	110.590	80.189
(-) Resultado financeiro	20.898	17.954	83.116	87.514
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(39.417)	3.798	(28.462)	20.996
(-) Depreciação e amortização	6.147	6.474	23.190	23.595
(=) EBITDA	48.037	41.599	188.434	212.294
(±) Despesas (receitas) não recorrentes (*)	4.114	(395)	5.360	1.271
(=) EBITDA ajustado (**)	52.151	41.204	193.794	213.565

(*) A Administração entende como operações de não recorrentes, o resultado na venda de imóveis e a constituição de provisão e/ou reversão de provisões para perdas, constantes na Nota 29, assim como a constituição de impostos diferidos em 2024.

(**) O EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA excluindo os efeitos dos resultados de operações considerando sua eventualidade na geração de caixa.

Despesas financeiras líquidas

No ano de 2024, a Companhia acessou o mercado de capitais pela terceira vez, através de emissão de debêntures, no valor de R\$160 milhões. Destes, aproximadamente R\$109 milhões foram utilizados para liquidar antecipadamente a emissão de CRIs e o restante para alongamento de dívidas e reforço de caixa. Com a operação, cerca de R\$50 milhões de compromissos de curto prazo foram deslocados para o longo prazo.

Como consequência, houve redução das pressões de curto prazo no caixa, tornando possível aquisições de insumos em melhores condições, ao aproveitar oportunidades de mercado, além de, principalmente, traçar trajetória descendente do *spread* de risco da Companhia, estabelecendo *benchmark* em patamares inferiores

aos praticados no passado.

As despesas financeiras líquidas do ano foram inferiores em 5,0% em 2024 ante o ano anterior. As despesas financeiras brutas (ou seja, desconsiderando as variações cambiais e as receitas financeiras), foram R\$6,1 milhões (ou 6,4%) inferiores às de 2023.

A tabela a seguir exibe a abertura das despesas financeiras nos exercícios de 2024 e 2023:

			Δ 23 → 24	
	31/12/24	31/12/23	R\$ mil	%
Receitas financeiras	6.751	7.603	(852)	-11,2%
Despesas financeiras brutas	(89.282)	(95.414)	6.132	6,4%
Variações cambiais	(585)	297	(882)	-297,0%
Total	(83.116)	(87.514)	4.398	-5,0%

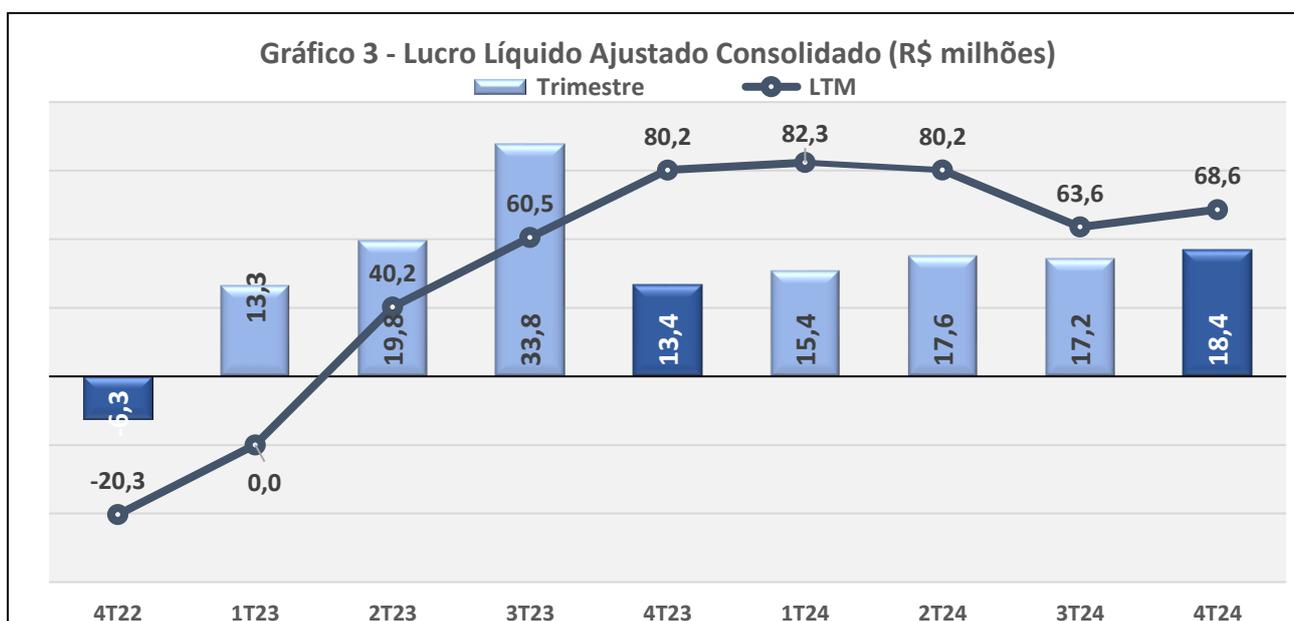
Lucro Líquido

No último trimestre de 2024, a Companhia apurou lucro líquido de R\$60,4 milhões (margem líquida de 24,7%). Esse resultado foi impulsionado por dois fatores principais:

- **Manutenção da margem bruta**, fruto da otimização do *mix*;
- **Constituição de Impostos Diferidos**: Diante das expectativas de realizações de lucros futuros, conforme estudos da Companhia, foi constituído o crédito fiscal diferido de R\$42,0 milhões de Imposto de renda e contribuição social sobre saldo atual de prejuízos fiscais e bases negativas apurados em períodos anteriores.

Mesmo considerando a natureza não recorrente da constituição de impostos diferidos, o lucro líquido do 4T24, de R\$18,4 milhões, representa crescimento de 37,9% em relação ao obtido no 4T23. Na análise anual, o lucro líquido ajustado foi de R\$68,6 milhões, uma redução de 14,4% em relação ao exercício anterior.

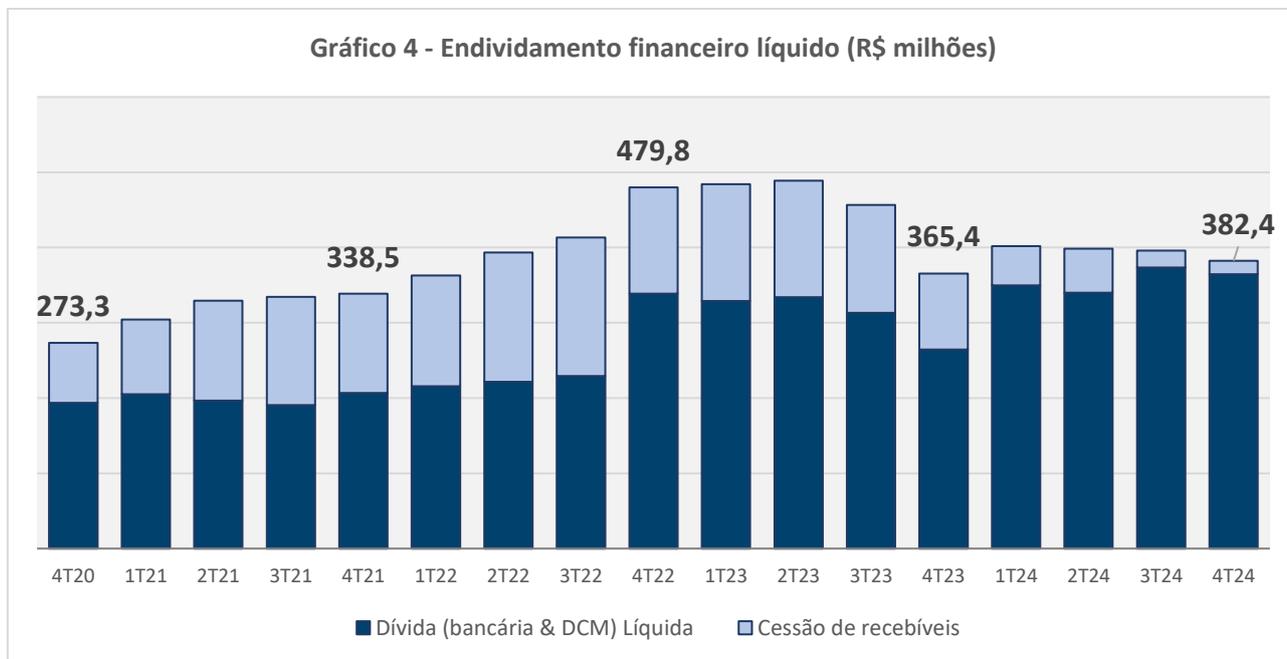
O Gráfico 3 indica o comportamento trimestral (nas barras) e anualizado (na linha) do Resultado Líquido ajustado (excluindo o crédito fiscal diferido no 4T24) nos últimos nove trimestres e exibe claramente a evolução positiva da última linha do DRE dos quartos trimestres de 2024 em relação ao 4T23.



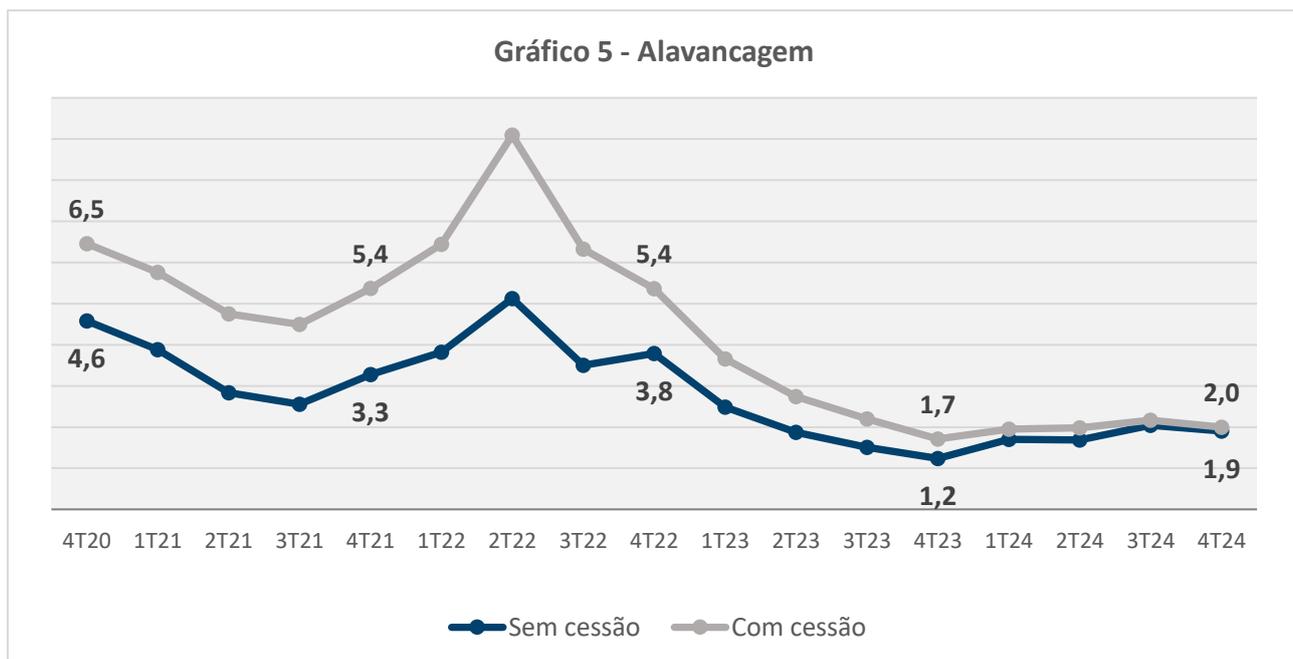
Endividamento e Alavancagem

O endividamento financeiro líquido – assim entendido como o endividamento bancário somado ao proveniente das operações de mercado de capitais (DCM, na sigla em inglês) e às cessões de recebíveis, deduzida a posição de caixa – apresentou aumento de 4,7%, ao atingir R\$R\$382,5 milhões ao fim de 2024, dos quais 2/3 estão no longo prazo.

A evolução da dívida líquida está representada no Gráfico 4 abaixo.



Ressalte-se, entretanto, que sua composição se alterou substancialmente ao longo dos últimos dois anos: ao final de 2022, da dívida bruta de R\$401,2 milhões, 35,1% eram de operações de cessão de recebíveis e 64,9% eram provenientes de empréstimos junto a bancos e fundos de investimentos. Não havia emissões no DCM. No encerramento do exercício de 2024, a participação das operações de cessão havia decrescido para apenas 4,5%, os empréstimos representavam 34% e as emissões no DCM detinham a maior fatia (62%) do total da dívida bruta de R\$397,8 milhões.



Relativamente à alavancagem (razão entre endividamento líquido e geração de caixa, medida pelo Ebitda), está estável em 2,0 vezes, conforme demonstrado no Gráfico 6. As curvas da alavancagem, considerando com ou sem as operações de cessão de recebíveis praticamente se sobrepõem a partir de agora, em função da redução destas últimas.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia comunica que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, responsável pelos serviços de auditoria externa à organização, realizou somente tarefas relacionadas à auditoria externa durante o exercício de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que colaboraram com a companhia durante o ano de 2024, em especial, ao quadro funcional, instituições financeiras, clientes e fornecedores. Agradecemos, também, aos nossos acionistas, membros do Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 24 de março de 2025.

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

As receitas da Companhia oriundas das vendas de produtos de seu portfólio são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável e os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Em função de ser uma área de extrema sensibilidade de manipulação do resultado, bem como, possui risco de reconhecimento em competência incorreta em decorrência do não atendimento de todos os critérios da norma contábil e da relevância dos valores e do julgamento envolvido na determinação do momento em que os riscos e benefícios dos produtos vendidos são transferidos para a contraparte, os quais podem impactar o valor reconhecido nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de Tecnologia da Informação, realizamos os seguintes principais procedimentos:

- i) Realização de testes documentais, em base amostral, sobre a existência e a contabilização das receitas no período adequado, avaliando o momento do reconhecimento da receita de vendas pela transferência da propriedade do produto da Companhia ao cliente, considerando a documentação fiscal e entrega dos produtos vendidos;
- ii) Análise dos indicadores internos e externos da Companhia, tais como volumes de produtos vendidos e variações nos preços, para identificar tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento da receita;
- iii) A avaliação e teste sobre os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação;
- iv) Avaliação se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e as respectivas notas explicativas seguiram as premissas mínimas de divulgações requeridas pela norma; e
- v) Confronto entre o sistema que gera do pedido de venda com o sistema contábil que realiza a emissão das notas fiscais faturadas.

Por meio de nossos exames, consideramos que o reconhecimento de receitas e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 24 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.563	80.466	5.879	81.941
Títulos e valores mobiliários	8	7.962	1.940	9.517	2.809
Contas a receber – clientes	9	167.955	159.401	148.228	135.431
Estoques	10	138.681	125.490	194.488	174.826
Impostos e contribuições a recuperar	11	12.062	25.936	21.251	74.343
Outros ativos	-	5.709	4.214	8.703	5.955
Total do ativo circulante		335.932	397.447	388.066	475.305
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos e contribuições a recuperar	11	31.388	5.804	68.080	3.736
Bens destinados a venda	12	12.080	9.208	12.290	9.418
Fundo de reserva	13	33.238	22.654	33.238	30.179
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33(b)	28.611	-	24.711	-
Partes relacionadas	14	9.804	1.207	-	-
Outros ativos	-	171	180	589	180
Total do realizável a longo prazo		115.292	39.053	138.908	43.513
Investimentos em controladas	16	134.427	130.288	-	-
Outros investimentos	-	93	93	98	93
Imobilizado	17	204.001	175.309	391.174	345.788
Direito de uso em arrendamento	18	54.299	49.068	24.108	16.383
Intangível	19	840	228	1.720	1.111
		393.660	354.986	417.100	363.375
Total do ativo não circulante		508.952	394.039	556.008	406.888
Total do ativo		844.884	791.486	944.074	882.193

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo circulante					
Fornecedores	20	77.502	110.611	90.257	63.879
Empréstimos e financiamentos	22	91.700	75.965	128.658	108.740
Cessão de recebíveis	23	17.774	71.390	17.774	101.109
Salários e obrigações sociais	24	17.162	15.171	26.080	22.212
Parcelamentos, impostos e contribuições	25	20.202	20.312	34.951	31.898
Arrendamento por direito de uso	18	15.803	9.693	9.158	3.677
Mútuo com partes relacionadas	14	644	348	-	-
Outros passivos	-	6.276	7.140	7.263	8.864
Total do passivo circulante		247.063	310.630	314.141	340.379
Passivo não circulante					
Fornecedores	20	-	-	3.005	-
Empréstimos e financiamentos	22	224.370	183.305	251.408	240.292
Provisão para riscos	26	930	932	5.624	1.840
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33(b)	-	16.843	-	22.493
Parcelamentos, impostos e contribuições	25	18.775	33.982	33.491	58.563
Arrendamento por direito de uso	18	42.788	45.939	23.167	16.815
Outros passivos	-	1.939	1.371	2.641	1.804
Total do passivo não circulante		288.802	282.372	319.336	341.807
Patrimônio líquido					
Capital social	27	150.000	150.000	150.000	150.000
Reservas de lucros		99.007	-	99.007	-
Ajuste de avaliação patrimonial		56.612	56.499	56.612	56.499
Outros resultados abrangentes		3.400	3.400	3.400	3.400
Prejuízos acumulados		-	(11.415)	-	(11.415)
Atribuível aos acionistas da controladora		309.019	198.484	309.019	198.484
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.578	1.523
Total do patrimônio líquido		309.019	198.484	310.597	200.007
Total do passivo e patrimônio líquido		844.884	791.486	944.074	882.193

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas	29	989.630	997.531	1.036.777	1.115.439
Custo dos produtos vendidos	30	(754.501)	(730.363)	(729.585)	(779.924)
Lucro bruto		235.129	267.168	307.192	335.515
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	30	(48.679)	(51.737)	(60.862)	(63.640)
Gerais e administrativas	30	(39.524)	(36.263)	(50.025)	(44.303)
Remuneração dos administradores	15	(3.679)	(2.851)	(7.234)	(5.714)
Outras receitas (despesas) líquidas	31	(12.398)	(20.188)	(23.827)	(33.159)
Equivalência patrimonial	16	12.644	(6.918)	-	-
Resultado operacional		143.493	149.211	165.244	188.699
Resultado financeiro	32				
Despesas financeiras		(68.037)	(68.104)	(89.282)	(95.414)
Receitas financeiras		5.928	17.880	6.751	7.603
Variações cambiais líquidas		11	980	(585)	297
		(62.098)	(49.244)	(83.116)	(87.514)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		81.395	99.967	82.128	101.185
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	33(a)	(16.314)	(18.875)	(18.742)	(19.914)
Diferido	33(a)	45.454	(738)	47.204	(1.082)
Lucro líquido do exercício		110.535	80.354	110.590	80.189
Atribuível aos					
Acionistas da controladora	-			110.535	80.354
Participação dos não controladores	-			55	(165)
		-	-	110.590	80.189
Resultado básico e diluído por ação	34	-	-	11,05	8,02

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		110.535	80.354	110.590	80.189
Ganho na variação de participação em controlada	16	-	3.400	-	3.400
Total do resultado abrangente do exercício		110.535	83.754	110.590	83.589
Resultado abrangente atribuível a:					
Ganho na variação de participação em controlada		-	-	-	3.400
Acionistas da controladora		110.535	83.754	110.535	80.354
Participação dos não controladores		-	-	55	(165)
Resultado abrangente do exercício		110.535	83.754	110.590	83.589

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Atribuível aos acionistas da controladora								Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Notas	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes			Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Incentivos fiscais e subvenções						
Em 31 de dezembro de 2022		150.000	-	-	-	56.163	(91.433)	-	114.730	5.088	119.818
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	80.354	-	80.354	(165)	80.189
Ganho na variação de participação em controlada		-	-	-	-	-	-	3.400	3.400	(3.400)	-
Realização do ajuste do custo atribuído	17	-	-	-	-	(261)	261	-	-	-	-
Realização do ajuste do custo atribuído em controladas	17	-	-	-	-	597	(597)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023		150.000	-	-	-	56.499	(11.415)	3.400	198.484	1.523	200.007
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	110.535	-	110.535	55	110.590
Realização do ajuste do custo atribuído	17	-	-	-	-	(432)	432	-	-	-	-
Realização do ajuste do custo atribuído em controladas	17	-	-	-	-	545	(545)	-	-	-	-
Destinações do lucro líquido do exercício 2024		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Legal e Estatutária	27(b)	-	4.950	4.950	-	-	(9.900)	-	-	-	-
Incentivo Sudene - Isenção		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ sobre o lucro da exploração	27(b)	-	-	-	8.346	-	(8.346)	-	-	-	-
Subvenção para investimentos - Crédito Presumido de ICMS	27(b)	-	-	-	80.761	-	(80.761)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024		<u>150.000</u>	<u>4.950</u>	<u>4.950</u>	<u>89.107</u>	<u>56.612</u>	<u>-</u>	<u>3.400</u>	<u>309.019</u>	<u>1.578</u>	<u>310.597</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		81.395	99.967	82.128	101.185
Ajustes					
Depreciação e amortização	30	20.593	19.617	23.190	23.595
Equivalência patrimonial	16	(12.644)	6.918	-	-
Resultado na venda de bens do imobilizado		866	-	1.802	-
Perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa – PECLD	09	1.088	678	2.727	2.947
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>downstream</i>)		1.216	(536)	-	-
Juros, variações câmbio e monetárias s/ empréstimos, risco sacado, atualização tributos		63.506	52.910	80.900	87.593
Reversão/Provisão para riscos	26	2	500	3.788	401
Ajuste de estoque a valor de mercado	10	261	396	1.048	786
Variação nos ativos e passivos					
Contas a receber		(15.395)	23.316	(18.396)	58.365
Estoques		(13.452)	(4.413)	(20.710)	20.937
Impostos e contribuições a recuperar		(16.015)	13.918	(12.545)	36.167
Partes relacionadas		(42.337)	25.204	-	-
Fundo de reserva	13	(10.584)	(22.654)	(3.059)	(30.179)
Outros ativos		(1.486)	(70)	(3.157)	(273)
Fornecedores		12.096	(62.666)	29.366	(91.453)
Salários e encargos sociais		1.991	(52)	3.868	493
Impostos e contribuições		(35.645)	(27.961)	(47.705)	(41.914)
Outros passivos		(296)	(2.362)	(764)	(3.538)
Caixa gerado pelas operações		35.160	122.710	122.481	165.112
Juros pagos		(49.296)	(46.917)	(63.701)	(67.564)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(14.136)	75.793	58.780	97.548
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de bens do imobilizado e intangível		(40.248)	(34.864)	(64.779)	(42.682)
Fundo de Investimentos, CDB e outros		(6.022)	(175)	(6.713)	825
Concessão (recebimento) de partes relacionadas		(8.380)	32.111	-	-
Recebimento de lucros de controladas		7.289	5.821	-	-
Resultado na venda de bens do imobilizado		-	1.564	-	411
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(47.361)	4.457	(71.492)	(41.446)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos captados		178.782	225.389	240.406	296.666
Pagamentos de empréstimos		(126.004)	(172.936)	(213.347)	(210.631)
Cessão de recebíveis		(53.616)	(32.883)	(83.335)	(39.857)
Mútuo com partes relacionadas		199	335	-	-
Pagamentos de arrendamentos		(14.767)	(15.106)	(7.074)	(10.271)

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Títulos – risco sacado		-	(17.226)	-	(26.214)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(15.406)	(12.427)	(63.350)	9.693
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(76.903)	67.823	(76.062)	65.795
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		80.466	12.643	81.941	16.146
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.563	80.466	5.879	81.941

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	29	1.188.349	1.176.962	1.185.437	1.281.360
Outras receitas		2.832	2.195	3.648	1.699
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	(1.088)	(678)	(2.727)	(2.947)
		<u>1.190.093</u>	<u>1.178.479</u>	<u>1.186.358</u>	<u>1.280.112</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e serviços prestados		(650.997)	(608.001)	(479.802)	(500.681)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(203.478)	(187.110)	(240.550)	(224.882)
Perdas/Recuperação de valores ativos		(1.146)	(7.805)	(321)	(7.823)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração		8.412	4.425	10.921	(8.672)
		<u>(847.209)</u>	<u>(798.491)</u>	<u>(709.752)</u>	<u>(742.058)</u>
Valor adicionado bruto		<u>342.884</u>	<u>379.988</u>	<u>476.606</u>	<u>538.054</u>
Depreciação e amortização	30	(20.593)	(19.617)	(23.190)	(23.595)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>322.291</u>	<u>360.371</u>	<u>453.416</u>	<u>514.459</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	16	12.644	(6.918)	-	-
Receitas financeiras	32	9.800	23.844	12.037	14.725
Valor adicionado total a distribuir		<u>344.735</u>	<u>377.297</u>	<u>465.453</u>	<u>529.184</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		78.852	77.316	121.840	116.830
Benefícios		23.616	23.289	38.848	37.916
FGTS		5.683	5.565	8.637	8.320
		<u>108.151</u>	<u>106.170</u>	<u>169.325</u>	<u>163.066</u>
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		41.135	107.286	70.849	158.884
Estaduais		5.418	6.077	9.775	20.046
Municipais		1.198	1.483	1.431	1.978
		<u>47.751</u>	<u>114.846</u>	<u>82.055</u>	<u>180.908</u>
Remuneração de capital de terceiros					
Juros		72.963	73.088	96.680	102.239

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Aluguéis		5.335	2.839	6.803	2.782
		78.298	75.927	103.483	105.021
Remuneração de capitais próprios					
Lucros absorvidos		110.535	80.354	110.535	80.354
Participação dos não controladores nos lucros (prejuízos) absorvidos		-	-	55	(165)
		110.535	80.354	110.590	80.189
Valor adicionado distribuído		<u>344.735</u>	<u>377.297</u>	<u>465.453</u>	<u>529.184</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante “Cedro” ou “Companhia”), é uma companhia de capital aberto, Nível 1 de Governança Corporativa, cujas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob as siglas “CEDO3” e “CEDO4”, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 02 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual – EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Atualmente, a Companhia exerce sua principal atividade através da operação de três fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e através de sua controlada Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante “Santo Antônio”), indústria têxtil instalada em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Sudene.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2023 a Companhia integralizou R\$ 81.000 no capital social de sua controlada “Santo Antônio”, com valores de empréstimos entre partes relacionadas, resultando a emissão de 9.000.00 de ações, aumentando sua participação no total das ações de 85,435% para 98,544%.

2. Apresentação e bases de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, as *normas internacionais de relatório financeiro* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis das individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo atribuído” de edificações, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações na data de transição para os CPCs, e determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A publicação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 24 de março de 2025.

2.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas.

2.2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

Todas as operações de exportações e aquisições realizadas em moeda estrangeira, são convertidas na moeda funcional mediante a utilização da taxa de câmbio oficial divulgada pelo Bacen – Banco Central do Brasil, nas datas de cada transação, e liquidadas a valores de mercado no fechamento das divisas.

Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbios sobre os ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na Nota Explicativa nº 4, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são as relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos, estimativa de valor justo de instrumentos financeiros derivativos e provisões, as quais estão apresentadas detalhadamente em cada uma das notas explicativas.

a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. As projeções futuras consideram os resultados orçamentários e estratégicos da Companhia, trazidos a valor presente. Com base nestas premissas, a administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados.

b) Provisões para riscos

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Na Nota Explicativa nº 26, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria "possível". Caso essa avaliação seja alterada para "provável", esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

c) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para realização dos estoques, provisão para realização de créditos tributários, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

d) Going-concern

A administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou nenhum indicador que colocasse em risco a capacidade de operação. Diante disto, a administração preparou as demonstrações contábeis utilizando políticas contábeis aplicáveis a empresas com continuidade de operações (*on a going-concern*), as quais não consideram quaisquer ajustes decorrentes de incertezas sobre a sua capacidade de operar de forma continuada.

e) Impairment

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetivas de que os ativos tenham capacidade ou não de geração de caixa no curso da sua vida útil. A administração considera que as perdas por *impairment* sejam incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de perda e impactos nos fluxos de caixa futuros estimados no grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

4. Resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

4.1. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

Razão social	País sede	Participação (%)	
		Total	Votante
Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	98,544	99,99
Cedro Serviços Ltda.	Brasil	100,00	100,00
AGC - Armazéns Gerais Cedro Ltda.	Brasil	98,00	98,00

Uma sociedade controla uma entidade quando está exposto e/ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos do seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo essa a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da controladora.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados na consolidação.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

4.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras em títulos de renda fixa e depósitos interfinanceiros acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, cujo risco de mudança de valor justo é insignificante, sendo utilizadas pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

4.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Controladora e suas controladas não operaram com derivativos em 2024 e 2023.

4.3.1. Ativos financeiros

4.3.2. Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: **(i)** custo amortizado; **(ii)** valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou **(iii)** valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: **(i)** o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: **(i)** o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

4.3.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

4.3.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia e suas controladas na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

4.4. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como:

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Títulos – Risco sacado

As operações de risco sacado são efetuadas como alternativas aos nossos fornecedores comerciais, são realizadas com fornecedores específicos (insumos) e de acordo com a gestão de caixa da companhia preservando as estratégias comerciais normais do negócio, como, preço, prazos e continuidades operacionais. A companhia não realiza operações de risco sacado em adiantamentos a fornecedores.

A administração também considerou a orientação do Ofício CVM SMC/SEP nº 01/21, observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que os montantes não alteram sua estrutura de capital e não comprometem a alavancagem financeira da Companhia.

Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

4.5. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

4.6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota Explicativa nº 33). A alíquota efetiva do imposto de renda é calculada levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedido, sobre as projeções futuras de resultado.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

4.7. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota Explicativa nº 17.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item de imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

4.8. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início de um contrato que é, ou contém um arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: **(i)** pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; **(ii)** pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e **(iii)** preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

4.9. Bens destinado para venda

São classificados como mantidos para a venda quando o seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

Os ativos mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, o imobilizado não é mais depreciado e classificado conforme a expectativa de realização.

4.10. Ativos intangíveis

i) **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

ii) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

iii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

4.11. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos para venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

4.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas Controladas têm a obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.13. Reconhecimento da receita

A Cia reconhece a receita de vendas a valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços das suas atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e no consolidado elimina as vendas entre partes relacionadas.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i)** o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- iii)** quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas.
- vi)** A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (Proalminas), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

4.14. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **(i)** Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou **(ii)** Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

4.15. Benefícios a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o correspondente serviço seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou não formalizada de pagar esse montante em função de serviços passados prestado pelo empregado no passado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A participação nos resultados é reconhecida no resultado e no passivo, quando o lucro é alcançado com base em critérios atribuíveis aos acionistas e vinculados ao atingimento de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício,

4.16. Reserva de incentivos fiscais e subvenções

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da Sudene, gozam de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado, como redução da despesa de Imposto de Renda, e submetidos à constituição de reserva de lucros.

A Companhia e sua controlada "Santo Antônio" usufruem do benefício estadual relativo ao Crédito Presumido do ICMS criado pela Lei nº 14.559/2002 do Estado de Minas Gerais, regulamento pelo Decreto 43.508/2003, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado, como redução em impostos incidentes sobre a receita bruta de vendas, e submetidos à constituição de reserva de lucros.

4.17. Destinação do lucro

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração, sobre o lucro que remanescer após a constituição das reservas obrigatórias fiscais e societária, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo circulante; entretanto, a parcela dos dividendos que exceder os dividendos mínimos obrigatórios, declarada pela Administração é registrada como "dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido.

4.18. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais demonstrações contábeis separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

4.19. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações contábeis, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado.

4.20. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i) O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii) Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- iii) Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar;
e
- iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)

A alteração no CPC 36 (R3), visa apresentar um melhor detalhamento quanto ao tratamento de transações intercompanhias, eliminando distorções nos resultados consolidados. Já a alteração ocorrida no CPC 18 (R2) aprimora a definição e classificação quanto ao método de equivalência patrimonial, além de refinar os critérios de mensuração inicial e ajustes subsequentes. Ambas as alterações visam um melhor alinhamento às regras internacionais de contabilidade.

As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia

3.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/ CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da entidade ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como a entidade estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo.

A entidade pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. A entidade não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

A Companhia está avaliando os possíveis impactos dessas alterações sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e introduziu novas exigências para:

- i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis;
- iii) melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia está avaliando os possíveis impactos dessas alterações sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 7 e 9: Instrumentos Financeiros:

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

- i) esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento;
- ii) introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
- iii) esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;
- iv) esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente;
- v) (v) exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2026.

5. Gestão do risco financeiro

a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A administração negociou cessão de direitos creditórios conforme Nota Explicativa nº 22.

d) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade a seguir.

ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	Em dólares americanos		Em dólares americanos	
	(US\$ mil)		(US\$ mil)	
	2024	2023	2024	2023
Financiamentos em moeda estrangeira	(1.913)	(2.842)	(1.913)	(3.342)
Fornecedores mercado externo	-	-	(636)	(296)
Contas a receber em moeda estrangeira	1.287	1.535	1.974	1.917
Depósitos em dólar	303	254	476	442
Exposição ativa (passiva) líquida	(323)	(1.053)	(99)	(1.279)

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 5,95, conforme entendimento do mercado, divulgado por meio do Boletim Focus de 10 de janeiro de 2025. Na controladora e no consolidado os cenários II e III foram calculadas deterioração de 25% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do consolidado e da controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2024, de R\$ 6,1917.

	Controladora				Consolidado			
	2024				2024			
	Base	Provável	II	III	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(11.845)	(11.382)	(14.228)	(17.073)	(11.845)	(11.382)	(14.228)	(17.073)
Fornecedor mercado externo	-	-	-	-	(3.940)	(3.784)	(4.730)	(5.676)
Contas a receber em moeda estrangeira	7.969	7.658	9.573	11.487	12.222	11.745	14.681	17.618
Depósitos em dólar	1.876	1.803	2.254	2.705	2.947	2.832	3.540	4.248
Exposição ativa (passiva) líquida	(2.000)	(1.921)	(2.401)	(2.881)	(616)	(589)	(737)	(883)
Efeito líquido da variação cambial – perda	-	79	(401)	(881)	-	27	(121)	(267)

e) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2024, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 12,25% e o CDI em 12,15%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de valorização da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II – possível e III – remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

	Controladora				Consolidado			
	2024				2024			
	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos indexador								
150,00% CDI	(4.898)	(919)	(1.149)	(1.379)	(4.898)	(919)	(1.149)	(1.379)
100% CDI + 3,66 % a 7,70%	-	-	-	-	(16.759)	(3.104)	(3.880)	(4.656)
100,00% Selic + 14,03%	(9.524)	(2.667)	(3.334)	(4.001)	(9.524)	(2.667)	(3.334)	(4.001)
Taxa fixa CDI + 6,30%	(7.571)	(1.455)	(1.819)	(2.183)	(7.571)	(1.455)	(1.819)	(2.183)
100% CDI + 2,86% a 5,00%	(7.022)	(1.163)	(1.454)	(1.745)	(48.603)	(8.049)	(10.061)	(12.074)
100% CDI + 6,16% a 8,08%	(13.723)	(2.764)	(3.455)	(4.146)	(13.723)	(2.764)	(3.455)	(4.146)
100% CDI + 4,90%	(161.243)	(28.459)	(35.574)	(42.689)	(161.243)	(28.459)	(35.574)	(42.689)
100% CDI + 4,00% a 6,73%	(94.305)	(17.135)	(21.419)	(25.703)	(94.305)	(17.135)	(21.419)	(25.703)
100% CDI + 5,80% a 8,51%	(4.094)	(826)	(1.033)	(1.239)	(4.160)	(839)	(1.049)	(1.259)
100% CDI + 3,17% a 6,17%	(15.921)	(2.769)	(3.461)	(4.154)	(15.921)	(2.769)	(3.461)	(4.154)
Total de empréstimos indexador	(318.301)	(58.157)	(72.698)	(87.239)	(376.707)	(68.160)	(85.201)	(102.244)
Aplicações financeiras								
Indexador								
95% Selic	-	-	-	-	300	35	44	53
até 2.00% CDI	6.161	14	18	21	7.281	17	21	26
94% a 100% CDI	1.801	151	189	227	1.801	151	189	227
Total das aplicações financeiras	7.962	165	207	248	9.382	203	254	306
Exposição líquida	(310.339)	(57.992)	(72.491)	(86.991)	(367.325)	(67.957)	(84.947)	(101.938)
(Aumento)/redução nas despesas financeiras anuais	-	-	(14.499)	(28.999)	-	-	(16.990)	(33.981)

f) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 22)	316.070	259.270	380.066	349.032
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 7)	(3.563)	(80.466)	(5.879)	(81.941)
Aplicações Financeiras (Nota Explicativa nº 8)	(7.962)	(1.940)	(9.517)	(2.809)
A – Dívida líquida	304.545	176.864	364.670	264.282
Total do patrimônio líquido	309.019	198.484	309.019	200.007
B – Patrimônio líquido + dívida líquida	613.564	375.348	673.689	464.289
A/B – Quociente de alavancagem (%)	49,64	47,12	54,13	56,92

g) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos; e
- **Nível 3** – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações contábeis, conforme Nível 2:

	Controladora				Consolidado			
	2024		2023		2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo						
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(316.070)	(323.152)	(259.270)	(263.645)	(380.066)	(386.520)	(349.032)	(356.911)
Cessão de recebíveis	(17.774)	(18.005)	(71.390)	(72.270)	(17.774)	(18.005)	(101.109)	(102.356)
Total	(333.844)	(341.157)	(330.660)	(335.915)	(397.840)	(404.525)	(450.141)	(459.267)

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

6. Instrumento financeiro por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 9)	167.955	159.401	148.228	135.431
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 7)	3.563	80.466	5.879	81.941
Depósito judicial	122	92	125	113
Dividendos a receber	-	238	-	-
Crédito partes relacionadas (Nota Explicativa nº 14)	9.804	1.207	-	-
Certificado de recebíveis	33.238	22.654	33.238	30.179
Outras contas a receber	23	5	25	5
Aplicações financeiras ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	7.962	1.940	9.517	2.809

Passivos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 22)	316.070	259.270	380.066	349.032
Cessão de recebíveis	17.774	71.390	17.774	101.109
Fornecedores	77.502	110.611	93.262	63.879
Mútuo em controlada (Nota Explicativa nº 14)	644	348	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	279
Outras contas a pagar	6.279	7.140	7.267	8.864
Obrigação fiscal a pagar	425	2.159	605	2.723

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e contas correntes bancárias	1.221	1.840	2.247	2.484
Numerário em moeda estrangeira	1.876	1.230	2.947	2.140
Certificado de depósito bancário - CDB	-	57.600	-	57.600
Fundo de reserva – CRA	-	18.490	-	18.490
Bancos contas vinculadas	466	1.306	685	1.227
Total	3.563	80.466	5.879	81.941

Os numerários provenientes das receitas de exportações são mantidos em moeda estrangeira aguardando o momento oportuno para conversão, portanto sujeito ao risco cambial.

8. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Operações Compromissadas	1.801	-	1.801	-
Certificado de depósitos bancários - CDB	6.161	1.940	7.281	2.122
Fundo de investimento	-	-	435	687
Total	7.962	1.940	9.517	2.809

As operações compromissadas possuem rentabilidade de 85% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário. As aplicações financeiras em CDB são substancialmente de liquidez imediata.

Os fundos de investimento são aplicações preponderantemente em títulos públicos que procuram acompanhar a variação do CDI e referem-se substancialmente a operações vinculadas a empréstimos financeiros

Todavia, tais aplicações não atendem a todos os critérios para serem registrados como equivalentes de caixa.

9. Contas a receber – clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cientes no país	128.062	116.621	155.068	144.132
Cientes – partes relacionadas	40.403	43.284	-	-
Cientes no exterior	7.969	7.430	12.222	9.280
Total	176.434	167.335	167.290	153.412
Provisão para perda esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(8.479)	(7.934)	(19.062)	(17.981)
Total	167.955	159.401	148.228	135.431

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	164.683	148.632	143.794	121.092
Vencidos				
Até 30 dias	3.290	5.254	4.873	8.165
Entre 31 e 60 dias	388	716	397	1.167
Entre 61 e 90 dias	233	1.027	80	1.298
Acima de 90 dias	7.840	11.706	18.146	21.690
Total	176.434	167.335	167.290	153.412

A movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	(7.934)	(8.124)	(17.981)	(17.109)
Adições – provisão constituída (Nota Explicativa nº 30)	(1.088)	(678)	(2.727)	(2.947)
Baixas – títulos não liquidados	543	868	1.646	2.075
Saldo no final do exercício	(8.479)	(7.934)	(19.062)	(17.981)

A Companhia realiza operações de cessão de recebíveis conforme Nota Explicativa nº 23.

As perdas esperadas sobre os títulos vencidos e a vencer são constituídas com base em análise individual histórica dos clientes na realização de suas liquidações e cumprimentos de acordos.

Os valores provisionados são considerados suficientes pela administração para fazer cobrir as perdas na realização dos créditos.

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Produtos acabados	66.234	63.478	69.041	67.138
Produtos em processo	42.703	37.047	63.413	54.395
Matérias-primas	5.183	1.924	32.824	21.691
Materiais auxiliares	24.360	17.849	28.628	23.370
Importações em andamento	2.591	7.171	2.680	7.260
Estoque consignado	490	640	2.077	4.099
Provisão para perdas em estoque	(2.880)	(2.619)	(4.175)	(3.127)
Total	138.681	125.490	194.488	174.826

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos no início do exercício	(2.619)	(2.223)	(3.127)	(2.341)
Adições	(494)	(422)	(1.282)	(812)
Reversão/baixas	233	26	234	26
Saldos no final do exercício	(2.880)	(2.619)	(4.175)	(3.127)

11. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS – operações mercantis (i)	30.500	17.772	30.985	18.741
ICMS – aquisição de imobilizado	3.158	2.867	4.137	3.659
Impostos sobre vendas em trânsito	773	546	908	870
PIS e Cofins sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (ii) – Nota Explicativa nº 31	-	-	15.653	15.514
PIS e Cofins – Créditos a recuperar	4.430	3.508	31.791	35.712
Pis e Cofins interligadas	-	3.768	-	-
Impostos a recuperar – Refis IV	249	249	249	249
Imposto de renda e contribuição social antecipados	4.019	2.784	4.960	2.808
Outros	321	246	648	526
Total	43.450	31.740	89.331	78.079
Circulante	12.062	25.936	21.251	74.343
Não circulante	31.388	5.804	68.080	3.736

- (i) O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas.
- (ii) Transitou em julgado em 13 de dezembro de 2018 ação proposta pela Companhia em 2006 contra a Fazenda Nacional (União) pleiteando a exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins. Em 23 de abril de 2019 transitaram em julgado as ações das controladas, Cedronorte (incorporada em 31 de março de 2014) e Santo Antônio. Os créditos fiscais tiveram o deferimento dos pedidos de habilitação através de Despachos Decisórios emitidos pelas Delegacias da Receita Federal, para compensação com débitos de origem fazendárias. Os valores históricos do crédito apurado pela Companhia e suas controladas foram lançados em outras receitas operacionais, a atualização monetária é em receitas financeiras.

Movimentação do saldo de Pis e Cofins sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Valor original do crédito	41.904	79.825
Atualização monetária do crédito	35.838	66.629
Valor do crédito habilitado	77.742	146.454
Compensações de contribuições e impostos em exercícios anteriores	(67.591)	(95.821)
Atualização do saldo remanescente	5.270	11.538
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.421	62.171
Compensações de contribuições e impostos em exercícios anteriores	(15.619)	(48.794)
Atualização do saldo remanescente	198	2.137
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	15.514
Atualização do saldo remanescente no exercício	-	139
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	15.653

12. Bens destinados a venda

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prédio de 8 andares localizado na Rua Paraíba, 337 - MG	9.184	9.184	9.184	9.184
Lotes 1,2,3 quadra 2 com 9 520,62M2 Pq Ind Galan	2.872	-	2.872	-
Imóveis nº 97 e 98 Rua Biancor José de Lucena Toritama - PE	-	-	200	200
Outros imóveis	24	24	34	34
Total	12.080	9.208	12.290	9.418

13. Fundo de reserva

Retenções juntos aos Fundos de reservas das Notas Comerciais, conforme instrumento particular de emissão de notas escriturais comerciais e estrutura demonstrada na Nota Explicativa nº 22. Empréstimos e Financiamentos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Certificados de recebíveis imobiliários (*)	-	7.446	-	14.971
Certificados de recebíveis agronegócios (*)	16.483	15.208	16.483	15.208
Debêntures (**)	16.755	-	16.755	-
Total	33.238	22.654	33.238	30.179

(*) Operações iniciadas em 2023.

(**) Operações de Debêntures iniciadas em 2024.

14. Partes relacionadas – controladora

Os direitos e obrigações de operações mercantis entre partes relacionadas possuem prazos de 90 dias para recebimento e liquidação podendo ser antecipado conforme fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a controladora e suas controladas.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas foram remunerados à variação de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário acrescidos de um spread de 5%, com vigência para 360 dias, todos podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas. As operações de curto prazo, conta corrente, não são remuneradas e são liquidadas em curtíssimo prazo.

A Companhia e sua controlada são mantenedoras da Associação Cedro Cachoeira, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo que as despesas e contribuições acumuladas no ano de 2024 totalizaram o valor de R\$ 189 (controladora) e R\$ 306 (consolidado), no ano de 2023 as despesas foram R\$ 212 (controladora) e R\$ 319 (consolidado).

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	Cedro Serviços		Santo Antônio	
	2024	2023	2024	2023
Saldos				
Contas a receber – clientes	-	-	40.403	43.284
Fornecedores	(742)	(710)	(17.522)	(67.864)
Estoque industrialização	-	-	(13.040)	(7.948)
Mútuo ativo (passivo)	(644)	(348)	9.770	1.207
Dividendo a receber	-	-	-	238
Transações				
Compras insumos	-	-	(508.441)	(305.619)
Locação e serviços de industrialização	8.872	7.810	-	(57.250)
Vendas insumos	-	-	41.017	45.898
Serviços de industrialização	-	-	106.805	51.891
Despesas financeiras	(41)	(12)	(56)	-
Receitas financeiras	-	-	217	13.782

A Companhia realizou operação de arrendamento de imóveis industriais junto à sua controlada, registrados a valor presente. Os saldos findos da controladora em 31 de dezembro de 2024, de ativo de direito de uso montam R\$ 34.918 e de arrendamento a pagar R\$ 38.984, no resultado do período foram reconhecidos juros sobre arrendamento a pagar no valor de R\$ 5.269 e de depreciação do direito de uso R\$ 3.984. A operação está divulgada na Nota Explicativa nº 18.

A Companhia e sua controlada intensificaram a produção de fios, tecidos e serviços de industrialização em mútua correlação visando o ganho de sinergias conforme demonstrado nos volumes de compra de insumos e na elevação dos saldos de fornecedores em 2024.

15. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração do conselho e diretoria	2.541	2.851	5.022	5.714
Remuneração variável	1.138	-	2.212	-
Total	3.679	2.851	7.234	5.714

16. Investimentos em controladas

Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio – Sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 12 de janeiro de 1989 e inaugurada em 06 de dezembro de 1997. Instalada na área mineira da Sudene goza de incentivo fiscal de redução do imposto de renda, 75% sobre o lucro da exploração, até o exercício de 2027.

Cedro Serviços Ltda. – Sociedade iniciada em 30 de novembro de 2018 com o capital social integralizado de R\$ 10 cujo objeto é serviços de apoio administrativo, gestão das atividades imobiliárias, treinamentos e consultorias. Foi deliberado pela controladora em 28 de outubro de 2022, o aumento de capital através de integralização em bens imóveis pela transferência de terrenos e edificações da Fábrica Geraldo Magalhães Mascarenhas – GMM registrada no 1º Ofício Registro de Imóveis de Sete Lagoas (MG), sob as matrículas 38632, 38635, 38636 e 38637 por seu valor patrimonial de R\$ 27.196.

AGC – Armazéns Gerais Cedro Ltda – sociedade iniciada em 17 de dezembro de 2018 com capital social integralizado de R\$ 50.000,00 dividido em 50 quotas no valor nominal R\$ 1.000,00, sendo 49 quotas da Cedro e Cachoeira.

As principais informações sobre as participações em empresa controlada em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são sumarizadas como segue:

Informações das controladas

	2024		
	Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Cedro Serviços Ltda	AGC - Armazéns Gerais Cedro Ltda.
Milhares de ações possuídas pela Companhia			
Ordinárias - sem valor nominal	6.965.676	-	-
Preferenciais - sem valor nominal	2.888.701	-	-
Quotas - valor nominal R\$ 2.720,60	-	10.000	-
Quotas - valor nominal R\$ 1,00	-	-	49
Participação da Companhia			
No capital social integralizado	98,544%	100,00%	100,00%
No capital votante	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	108.386	27.681	-
Lucros não realizados em operações ascendentes (<i>Upstream</i>)	(486)	-	-
Patrimônio líquido ajustado	107.900	27.681	-
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	(417)	-	-
Saldo do investimento em controlada	105.912	27.681	-
Lucro líquido do exercício	3.767	7.313	-
Lucros não realizados - venda para a controladora	1.643	-	-
Lucro ajustado	5.410	7.313	-
Equivalência total	5.331	7.313	-

	2023		
	Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Cedro Serviços Ltda	AGC - Armazéns Gerais Cedro Ltda.
Milhares de ações possuídas pela Companhia			
Ordinárias - sem valor nominal	6.965.676	-	-
Preferenciais - sem valor nominal	2.888.701	-	-
Quotas - valor nominal R\$ 2.720,60	-	10.000	-
Quotas - valor nominal R\$ 1,00	-	-	49
Participação da Companhia			
No capital social integralizado	98,544%	100,00%	100,00%
No capital votante	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	104.619	27.657	-
Lucros não realizados em operações ascendentes (<i>Upstream</i>)	(2.129)	-	-
Patrimônio líquido ajustado	102.490	27.657	-

	2023		
	Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Cedro Serviços Ltda	AGC - Armazéns Gerais Cedro Ltda.
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	799	-	-
Saldo do investimento em controlada	101.797	27.657	-
Lucro líquido do exercício	(11.313)	6.406	-
Lucros não realizados - venda para a controladora	(2.208)	-	-
Lucro/prejuízo ajustado	(13.521)	6.406	-
Equivalência total	(13.324)	6.406	-

Movimentação do investimento

	Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Cedro Serviços Ltda.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.155	27.102	57.257
Resultados não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	566	(30)	536
Aumento de capital (*)	81.000	-	81.000
Ganho de capital	3.400	-	3.400
Lucros distribuídos antecipadamente	-	(5.821)	(5.821)
Equivalência patrimonial	(13.324)	6.406	(6.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	101.797	27.657	129.454
Resultados não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	(1.216)	-	(1.216)
Lucros distribuídos antecipadamente	-	(7.289)	(7.289)
Equivalência patrimonial	5.331	7.313	12.644
Saldos em 31 de dezembro de 2024	105.912	27.681	133.593

(*) A Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio realizou Assembleia Geral Extraordinária em 31 de agosto de 2023 aumentando o capital social para R\$ 171.000 (Cento e setenta e um milhões) subscrito e integralizado nesta data, com emissão de 9.000.000 de novas ações. O investimento da controladora, Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, passou a representar 98,544% da totalidade de ações.

Composição dos investimentos

	2024	2023
Equivalência patrimonial	133.593	129.454
Ágio	834	834
Saldos	134.427	130.288

O sumário da demonstração financeira da controlada que possui participação de acionistas não controladores, encerradas em 31 dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão assim apresentados:

Balanco patrimonial	Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio				
	2024	2023	Demonstração de resultado	2024	2023
Participação da controladora	98,544%	98,544%	Receita líquida de vendas	532.271	460.470
Ativo circulante	124.119	200.543	Lucro bruto	59.367	64.052
			Receitas (despesas)		
Ativo não circulante	200.605	194.653	operacionais	(30.787)	(29.859)
Passivo circulante	155.296	166.938	Resultado financeiro	(26.563)	(45.162)
Passivo não circulante	61.042	123.639	IRPJ/CSLL	1.750	(344)
Patrimônio líquido	108.386	104.619	Lucro (prejuízo) líquido	3.767	(11.313)

17. Imobilizado

	Controladora					Total
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios e outros	Terrenos	Obras em andamento	
Custo ou avaliação						
Em 31 de dezembro de 2022	58.297	240.165	16.831	26.546	19.907	361.746
Adições	-	-	(579)	-	35.321	34.742
Alienações e baixas	-	(5.750)	(956)	-	-	(6.706)
Transferências	8.396	24.509	253	-	(33.158)	-
Em 31 de dezembro de 2023	66.693	258.924	15.549	26.546	22.070	389.782
Adições	-	-	95	-	40.478	40.573
Alienações e baixas	(96)	(3.915)	(29)	-	-	(4.040)
Transferências	2.655	36.693	740	-	(40.088)	-
Em 31 de dezembro de 2024	69.252	291.702	16.355	26.546	22.460	426.315
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2022	(29.855)	(168.255)	(13.045)	-	-	(211.155)
Depreciação	(1.441)	(6.862)	(157)	-	-	(8.460)
Alienações e baixas	-	4.287	855	-	-	5.142
Em 31 de dezembro de 2023	(31.296)	(170.830)	(12.347)	-	-	(214.473)
Depreciação	(1.836)	(9.001)	(178)	-	-	(11.015)
Alienações e baixas	24	3.124	26	-	-	3.174
Em 31 de dezembro de 2024	(33.108)	(176.707)	(12.499)	-	-	(222.314)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2024	36.144	114.995	3.856	26.546	22.460	204.001
Em 31 de dezembro de 2023	35.397	88.094	3.202	26.546	22.070	175.309

	Consolidado					Total
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios e outros	Terrenos	Obras em andamento	
Custo ou avaliação						
Em 31 de dezembro de 2022	152.829	439.039	21.485	54.155	26.544	694.052
Adições	-	18	(492)	-	43.013	42.539
Alienações e baixas	-	(7.111)	(967)	-	1.607	(6.471)
Transferências	9.160	35.267	431	-	(44.858)	-
Em 31 de dezembro de 2023	161.989	467.213	20.457	54.155	26.306	730.120
Adições	735	122	238	1.226	63.212	65.533
Alienações e baixas	(99)	(10.267)	(63)	-	1.221	(9.208)
Transferências	3.485	48.036	889	-	(52.410)	-
Em 31 de dezembro de 2024	166.110	505.104	21.521	55.381	38.329	786.445
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2022	(74.353)	(284.902)	(16.100)	-	-	(375.355)
Depreciação	(2.759)	(12.056)	(222)	-	-	(15.037)
Alienações e baixas	-	5.192	868	-	-	6.060
Em 31 de dezembro de 2023	(77.112)	(291.766)	(15.454)	-	-	(384.332)
Depreciação	(3.211)	(14.892)	(242)	-	-	(18.345)
Alienações e baixas	25	7.324	57	-	-	7.406
Em 31 de dezembro de 2024	(80.298)	(299.334)	(15.639)	-	-	(395.271)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2024	85.812	205.770	5.882	55.381	38.329	391.174
Em 31 de dezembro de 2023	84.877	175.447	5.003	54.155	26.306	345.788

Custo atribuído

Conforme faculdade estabelecida pelo IFRS 1/CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial do IFRS, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os valores atribuídos foram determinados através de laudos de avaliação preparados por empresas especializadas, gerando uma adição ao custo registrado no ativo imobilizado consolidado em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 143.099 e na controladora de R\$ 111.702. Sobre o saldo constituiu-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, consolidado R\$ 48.521, controladora R\$ 37.979. A contrapartida do saldo, líquidos dos impostos incidentes, foi registrada no patrimônio líquido, como “ajustes de avaliação patrimonial”.

Os valores atribuídos aos ativos e seus saldos líquidos atuais, contidos nos quadros do imobilizado acima são:

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Terrenos	Total
Controladora				
Custo atribuído na adoção				
inicial do IFRS	24.023	10.553	25.342	59.918
Depreciação acumulada	(10.975)	(8.701)	-	(19.676)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.048	1.852	25.342	40.242
Consolidado				
Custo atribuído na adoção				
inicial do IFRS	65.629	1.462	52.617	119.708
Depreciação acumulada	(34.354)	(1.267)	-	(35.621)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	31.275	195	52.617	84.087

Custos de empréstimo capitalizados

Em 31 de dezembro de 2024, foram capitalizados R\$ 1.065 (R\$1.363 em 2023), na controladora e R\$ 1.527 (R\$1.524 em 2023) no consolidado. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 1,10% a.m., que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

Engenheiros e técnicos têxteis da Companhia elaboraram anualmente, laudo de revisão de vida útil dos bens, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

Itens do imobilizado	Taxa média anual de depreciação (%)	
	2024	2023
Edificações e benfeitorias	3,76	3,34
Máquinas, equipamentos e instalações	7,81	7,35
Veículos, móveis e utensílios	11,40	12,54

Perda (impairment) estimada de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia analisou seus indicadores financeiros, operacionais, mudanças com efeito adverso no exercício ou em futuro próximo no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, e não encontrou evidências que seus de ativos de vida longa não serão recuperados.

18. Arrendamento mercantil

a) Movimentação do ativo de direito de uso

	Controladora						Total
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Direito de uso de licença	Leasing	
Custo							
Em 31 de dezembro de 2022	8.645	12.463	854	1.338	2.063	7.986	33.349
Adições	41.896	210	599	-	-	-	42.705
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	50.541	12.673	1.453	1.338	2.063	7.986	76.054
Adições	3.858	6.387	131	-	-	-	10.376
Transferências/ Reclassificação (*)	8.799	(5.046)	-	-	-	-	3.753
Baixas	(8.457)	(3.141)	(524)	(1.338)	(2.063)	(3.196)	(18.719)
Em 31 de dezembro de 2024	54.741	10.873	1.060	-	-	4.790	71.464
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2022	(8.081)	(2.595)	(848)	(1.364)	(1.777)	(1.303)	(15.968)
Adições	(7.167)	(924)	(599)	(89)	(319)	(1.920)	(11.018)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	(15.248)	(3.519)	(1.447)	(1.453)	(2.096)	(3.223)	(26.986)
Adições	(7.826)	(650)	(499)	-	-	(475)	(9.450)
Transferências/ Reclassificação (*)	(21)	-	454	115	33	(29)	552
Baixas	8.457	3.141	524	1.338	2.063	3.196	18.719
Em 31 de dezembro de 2024	(14.638)	(1.028)	(968)	-	-	(531)	(17.165)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2024	40.103	9.845	92	-	-	4.259	54.299
Em 31 de dezembro de 2023	35.293	9.154	6	(115)	(33)	4.763	49.068

(*) Refere-se a valores reconhecidos como impostos a recuperar agregados ao custo de aquisição.

	Consolidado						Total
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Direito de uso de licença	Leasing	
Custo							
Em 31 de dezembro de 2022	8.645	13.246	1.289	1.740	2.063	9.525	36.508
Adições	2.612	2.258	862	-	-	-	5.732
Baixas	-	(504)	(443)	(218)	-	-	(1.165)
Em 31 de dezembro de 2023	11.257	15.000	1.708	1.522	2.063	9.525	41.075
Adições	1.763	8.990	360	-	-	-	11.113
Transferências/ Reclassificação	5.076	(5.046)	189	(19)	-	977	1.177
Baixas	(8.457)	(3.828)	(768)	(1.503)	(2.063)	(3.197)	(19.816)
Em 31 de dezembro de 2024	9.639	15.116	1.489	-	-	7.305	33.549
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2022	(8.081)	(2.776)	(1.168)	(1.601)	(1.777)	(2.073)	(17.476)
Adições	(2.845)	(1.857)	(910)	(222)	(319)	(2.228)	(8.381)
Baixas	-	504	443	218	-	-	1.165
Em 31 de dezembro de 2023	(10.926)	(4.129)	(1.635)	(1.605)	(2.096)	(4.301)	(24.692)
Adições	(1.987)	(1.477)	(631)	(9)	-	(577)	(4.681)
Transferências/ Reclassificação	-	20	54	111	33	(102)	116
Baixas	8.457	3.828	768	1.503	2.063	3.197	19.816
Em 31 de dezembro de 2024	(4.456)	(1.758)	(1.444)	-	-	(1.783)	(9.441)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2024	5.183	13.358	45	-	-	5.522	24.108
Em 31 de dezembro de 2023	331	10.871	73	(83)	(33)	5.224	16.383

b) Passivos de arrendamento reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos e evidência da taxa de desconto

Tipo de arrendamento	Controladora			
	Taxa média incremental	2024	Taxa média incremental	2023
Locação de imóveis	9,21%	9.640	10,13%	173
Locação de imóveis - interligadas	13,76%	38.984	13,76%	40.097
Locação de máquinas e equipamentos	15,20%	5.779	11,60%	9.123
Locação de veículos	9,21%	94	-	-
<i>Leasing</i>	18,75%	4.094	8,86%	6.213
Locação de direito de uso de licença	-	-	12,82%	26
Total		58.591		55.632
Circulante	-	15.803	-	9.693
Não circulante	-	42.788	-	45.939
Total		58.591		55.632

Tipo de arrendamento	Consolidado			
	Taxa média incremental	2024	Taxa média incremental	2023
Locação de imóveis	9,21%	5.184	10,13%	173
Locação de máquinas e equipamentos	16,19%	22.934	12,18%	13.443
Locação de veículos	9,21%	113	-	-
<i>Leasing</i>	14,43%	4.094	8,97%	6.850
Locação de direito de uso de licença	-	-	12,82%	26
Total		32.325		20.492
Circulante	-	9.158	-	3.677
Não circulante	-	23.167	-	16.815
Total		32.325		20.492

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	55.632	18.759	20.492	19.966
Adições	10.376	42.705	11.113	5.732
Juros	7.350	9.274	7.794	5.065
Pagamentos	(14.767)	(15.106)	(7.074)	(10.271)
Saldo final	58.591	55.632	32.325	20.492

19. Intangível

	Controladora			Vida útil indefinida	Consolidado			
	Vida útil definida				Ágio	Vida útil definida		
	Marcas e patentes	Software e licenças	Total			Marcas e patentes	Software e licenças	Total
Custo								
Em 31 de dezembro de 2022	1.333	12.808	14.141	1.592	2.142	16.978	20.712	
Adições	-	122	122	-	-	143	143	
Em 31 de dezembro de 2023	1.333	12.930	14.263	1.592	2.142	17.121	20.855	
Adições	-	740	740	-	-	773	773	
Em 31 de dezembro de 2024	1.333	13.670	15.003	1.592	2.142	17.894	21.628	
Amortização acumulada								
Em 31 de dezembro de 2022	(1.333)	(12.563)	(13.896)	(758)	(2.142)	(16.667)	(19.567)	
Amortização	-	(139)	(139)	-	-	(177)	(177)	
Em 31 de dezembro de 2023	(1.333)	(12.702)	(14.035)	(758)	(2.142)	(16.844)	(19.744)	
Amortização	-	(128)	(128)	-	-	(164)	(164)	
Em 31 de dezembro de 2024	(1.333)	(12.830)	(14.163)	(758)	(2.142)	(17.008)	(19.908)	
Valor residual líquido								
Em 31 de dezembro de 2024	-	840	840	834	-	886	1.720	
Em 31 de dezembro de 2023	-	228	228	834	-	277	1.111	

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de *software* adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em *software* existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 05 anos, respectivamente.

O ágio em investimento em controlada não foi amortizado por ter sua vida útil indefinida e na análise da Administração não possui risco ou indicadores de *impairment*.

20. Fornecedores

	Controladora				Consolidado			
	2024		2023		2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
No país (operacionais)	46.198	-	34.089	-	89.322	-	62.446	-
Partes relacionadas	31.304	-	76.522	-	-	-	-	-
No exterior	-	-	-	-	935	3.005	1.433	-
Total	77.502	-	110.611	-	90.257	3.005	63.879	-

21. Títulos – Risco sacado

A movimentação da controladora e do consolidado das operações risco sacado está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos no início do período/exercício	-	17.226	-	26.214
Contratações / pagamentos	-	(17.226)	-	(26.214)
Juros provisionados	-	2.573	-	4.322
Juros pagos	-	(2.573)	-	(4.322)
Saldos no final do período/exercício	-	-	-	-

A Companhia realizou operações de Reverse Factoring também podem ser conhecidas como “*forfait*”, “*confirming*” ou “risco sacado”. Nestas operações, o fornecedor recebeu do financiador à vista, com desconto dos juros, que são repostos pela Companhia, e lançados em despesas financeiras – juros pagos há uma taxa média de 1,87% ao mês no prazo médio de 75 dias para liquidação dos contratos. Não há direito de regresso contra o fornecedor no caso de inadimplência e não há rebate ou bonificações por parte dos fundos.

22. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda/indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Controladora			
				2024		2023	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2025	100,00% CDI 6,30 %	7.571	-	3.676	-
Cédula de Produto Rural - Cap. Giro	R\$	2027	100% CDI + 3,97%	1.655	5.367	-	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2027	100,00% SELIC + 14,03%	3.207	6.317	3.198	9.474
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2027	100,00% CDI + 3,17% a 6,17%	11.682	4.239	17.239	17.607
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2029	150,00% CDI	1.750	3.148	-	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2025	Taxa fixa 16,76%	351	-	949	351
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2024	Taxa fixa 22,20%	-	-	636	-
ACC - Adiant. de contrato de câmbio	US\$	2025	Taxa fixa 6,85% a 7,00%	11.845	-	13.757	-
Nota de crédito à exportação - Cap. Giro	R\$	2025	Taxa fixa CDI + 6,30%	-	-	2.522	7.529
Nota Comercial	R\$	2025	100% CDI + 6,16% a 8,08%	13.723	-	14.749	13.669
Nota Comercial – CRI	R\$	2027-2030	100% CDI + 6,00% a 6,50%	-	-	13.466	46.478
Nota Comercial – CRA	R\$	2026-2028	100% CDI + 4,00% a 6,73%	23.717	70.588	6.076	94.118
Conta Garantida	R\$	2024	100% CDI + 7,44%	-	-	5	-
Conta Garantida	R\$	2024	125,98% CDI	-	-	48	-
Debêntures	R\$	2029	100% CDI + 4,90%	17.910	143.333	-	-
Custo transação debêntures	R\$	2024		(703)	(5.622)	-	-
Custo transação Notas comerciais. escriturais - CRI, CRA	R\$	2024		(1.008)	(3.000)	(356)	(5.921)
Total				91.700	224.370	75.965	183.305

Modalidade	Moeda / indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado			
				2024		2023	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cédula de crédito bancário - Cap. Giro	R\$	2029	150,00% CDI	1.750	3.148	-	-
Cédula de crédito industrial - FNE (¹)	R\$	2028	Taxa fixa 8,50%	2.360	2.945	4.264	5.291
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2030	100% CDI + 3,66 % a 7,70%	1.666	15.093	-	-
Cédula de crédito à exportação - Cap. giro	R\$	2025	100,00% CDI + 6,30%	7.571	-	4.599	-
Cédula de crédito bancário - Cap. Giro	R\$	2027	100,00% Selic + 14,03%	3.207	6.317	3.198	9.474
Cédula de crédito bancário - Cap. Giro	R\$	2027	100,00% CDI + 3,17% a 6,17%	11.682	4.239	17.239	17.607
Cédula de crédito bancário - Cap. Giro	R\$	2025	Taxa fixa 16,76%	702	-	3.231	702
ACC - Adiant. de contrato de câmbio	US\$	2025	Taxa fixa 6,85% a 7,00%	11.845	-	16.178	-
Nota de crédito à exportação - Cap. Giro	R\$	2024	Taxa fixa 22,20 %	-	-	1.543	-
Cédula de crédito bancário - Cap. Giro	R\$	2026	100% CDI + 7,70%	-	-	3.674	1.714
Cédula de crédito bancário - Cap. Giro	R\$	2025	100% CDI + 5,00%	-	-	5.012	3.750
Nota de crédito à exportação -Cap. Giro	R\$	2025	Taxa fixa CDI + 6,30%	-	-	2.522	7.529
Nota comercial	R\$	2025	100% CDI + 6,16% a 8,08%	13.723	-	14.749	13.669
Nota comercial – CRI	R\$	2027-2030	100% CDI + 6,00% a 6,50%	-	-	27.121	93.611
Nota comercial – CRA	R\$	2028	100% CDI + 4,00% a 6,73%	23.717	70.588	6.076	94.118
Cédula de Produto Rural - Cap. Giro	R\$	2027	100% CDI + 2,86% a 5,00%	34.236	14.367	-	-
Conta garantida	R\$	2024	125,98% CDI	-	-	48	-
Conta garantida	R\$	2024	100% CDI + 7,44%	-	-	5	-
Debêntures	R\$	2029	100% CDI + 4,90%	17.910	143.333	-	-
Custo transação debêntures	R\$	2024		(703)	(5.622)	-	-
Custo transação Notas comerciais. escriturais - CRI, CRA	R\$	2024		(1.008)	(3.000)	(719)	(7.173)
Total				128.658	251.408	108.740	240.292

(¹) FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

A movimentação da controladora e do consolidado dos empréstimos está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos no início do período/exercício	259.270	204.935	349.032	260.251
Novas captações ou renovações	182.837	231.666	242.837	304.558
Juros provisionados ou renovações	46.406	30.576	58.974	44.319
Amortização de principal	(126.004)	(172.936)	(213.347)	(210.631)
Pagamento de juros	(44.740)	(26.413)	(57.665)	(39.244)
Variação cambial	2.356	(2.281)	2.666	(2.329)
Custas CRI e CRA	(70)	(7.861)	(87)	(10.834)
Emolumentos CRI e CRA	2.340	1.584	3.981	2.942
Custas Debêntures	(6.325)	-	(6.325)	-
Saldos no final do período/exercício	316.070	259.270	380.066	349.032

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 e 2023, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
2025	-	74.333	-	97.626
2026	72.240	45.989	84.367	63.533
2027	68.179	62.983	76.643	79.133
2028 a 2029	83.951	-	90.398	-
Total	224.370	183.305	251.408	240.292

Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$126.930 (R\$85.160 em 2023).

Em Reunião Extraordinária do Conselho de administração da Companhia realizada em 08 de fevereiro de 2023 foi aprovado a emissão de Notas Comerciais não conversíveis em ações, com garantias real e fidejussória, emitidas em 1ª e 2ª séries, para colocação privada ("Emissão" e "Notas Comerciais" respectivamente) e concomitantemente, em Reunião Extraordinária do Conselho de administração da Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio, controlada, aprovou a emissão de Notas Comerciais nos mesmos moldes conforme quadro descritivo.

Operação CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários)

CRI decorrente do instrumento particular da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, não conversíveis em ações, com garantias real e fidejussória, emitidas em 1ª e 2ª séries, para colocação privada, da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio com seguintes características:

	Cia. F.T. Cedro e Cachoeira	Cia. F.T. Santo Antônio	Consolidado
Quantidade de notas comerciais	59.580	60.420	120.000
1ª Série	34.755	35.245	70.000
2ª Série	24.825	25.175	50.000
Valor total da emissão (reais – mil)	59.580	60.420	120.000
Valor mínimo da emissão (reais – mil)	-	-	90.000
Valor nominal unitário (reais)	1.000	1.000	1.000

- **Atualização monetária:** n/a;
- **Juros remuneratórios:**
 - **1ª Série:** 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI *over extra* grupo ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 6,00% (seis por cento) ao ano; e
 - **2ª Série:** 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI *over extra* ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 6,50% (seis por cento e cinquenta centésimos por cento) ao ano.
- **Periodicidade e forma de pagamento da amortização:** mensal com carência de 12 meses;
- **Periodicidade de pagamento de juros remuneratórios:** mensal;
- **Ambiente de depósito, distribuição, negociação, custódia eletrônica e liquidação financeira:** B3;
- **Data de emissão:** 10 de fevereiro de 2023;
- **Local de emissão:** São Paulo/SP; e
- **Prazo:**
 - **1ª Série:** 48 (quarenta e oito) meses com vencimento em 11 de fevereiro de 2027; e
 - **2ª Série:** 84 (oitenta e quatro) meses com vencimento em 13 de fevereiro de 2030.

A integralização ocorreu dentro do primeiro trimestre de 2023.

A operação CRI foi liquidado no terceiro trimestre de 2024 com os recursos oriundos das debêntures.

Operação CRA (Certificado de Recebíveis Agronegócio)

CRA decorrente do instrumento particular da 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais, não conversíveis em ações, com garantias real e fidejussória, emitidas em três séries, sendo 1ª, 2ª e 3ª Séries de colocação privada da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. O valor total da Emissão é de R\$ 100.000,00 (cem milhões de reais), emitida em 15/12/2023, sendo (i) a 1ª Série no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta milhões de reais); (ii) a 2ª Série no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco milhões de reais); e (iii) a 3ª Série no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), e seguintes características:

Cia. F.T.
Cedro e Cachoeira

Quantidade de notas comerciais	100.000
1ª Série	50.000
2ª Série	35.000
3ª Série	15.000
Valor total da emissão (reais – mil)	100.000
Valor mínimo da emissão (reais – mil)	-
Valor nominal unitário (reais)	1.000

- **Atualização monetária:** n/a;
- **Juros remuneratórios:**
 - **1ª Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais da 1ª Série, ou o seu saldo, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI over extra grupo – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela B3, no informativo Diário, disponível em sua página na internet (www.b3.com.br), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) equivalente a 4,0000% (quatro inteiros por cento) ao ano;
 - **2ª Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais da 2ª Série, ou o seu saldo, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) equivalente a 6,7282% (seis inteiros, sete mil duzentos e oitenta e dois décimos de milésimos por cento); e
 - **3ª Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais da 3ª Série, ou o seu saldo, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) equivalente a 6,7282% (seis inteiros, sete mil duzentos e oitenta e dois décimos de milésimos por cento) ao ano.
- **Periodicidade e forma de pagamento da amortização:** trimestral com carência de 12 meses;
- **Periodicidade de pagamento de juros remuneratórios:** mensal;
- **Ambiente de depósito, distribuição, negociação, custódia eletrônica e liquidação financeira:** B3;
- **Data de emissão:** 15 de dezembro de 2023;
- **Local de emissão:** São Paulo/SP; e
- **Prazo:**
 - **(i)** As Notas Comerciais da **1ª Série** terão prazo de 1.109 (mil cento e nove) dias corridos, vencendo-se, portanto, em 28 de dezembro de 2026, ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado, nos termos do Termo de Emissão; e
 - **(ii)** as Notas Comerciais da **2ª Série** e da **3ª Série** terão prazo de 1.838 (mil oitocentos e trinta e oito) dias corridos, vencendo-se, portanto, em 26 de dezembro de 2028, ressalvadas as Hipóteses de Vencimento.

A integralização ocorreu dentro do último trimestre de 2023.

Debêntures simples

Em reunião do Conselho de Administração em 1º de julho de 2024 foi aprovada e efetivada a 3ª (terceira) emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira no valor total da Emissão foi de R\$160.000 (cento e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão (Valor Total da Emissão). Os Valores captados pela Emissora foram utilizados para quitação antecipada e integral do saldo devedor relacionado as notas comerciais escriturais emitidas pela Emissora e pela Garantidora Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), e para composição do capital de giro.

Data de início da rentabilidade: primeira data de integralização;

Forma, tipo e comprovação de titularidade: nominativas, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. A titularidade será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador;

Conversibilidade: não conversíveis em ações;

Espécie: garantia real;

Prazo e data de vencimento: o prazo será 1837 (mil oitocentos e trinta e sete dias) com vencimento em 12 de julho de 2029;

Valor nominal unitário: o valor nominal unitário será, na data de emissão, de R\$1.000,00 (mil reais);

Quantidade de debêntures: 160.000 (cento e sessenta mil) Debêntures; e

Remuneração das debêntures: incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada positiva das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over extra grupo, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 4,90% (quatro inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano.

Covenants

A operação do CRA, possui *Covenants* financeiros a serem cumpridos a partir de 31 de dezembro de 2023, conforme a seguir:

- i) **Dívida bancária líquida e o EBITDA / recorrente:** igual ou inferior a 3,5;
- ii) **Liquidez corrente (AC / PC):** igual ou superior a 1,0 em 2023 e no primeiro semestre 2024; 1,1 a partir do segundo semestre de 2024; e
- iii) **Cobertura de juros (EBITDA/despesa financeira líquida):** igual ou superior a 1,5 em relação às demonstrações contábeis do segundo semestre de 2023 e no primeiro e segundo semestre de 2024 e do primeiro semestre de 2025; igual ou superior a 1,75 com relação as demonstrações contábeis a partir do segundo semestre de 2025.

A operação das Debêntures possui *Covenants* financeiros a serem cumpridos a partir de do segundo semestre de 2024, conforme a seguir:

- i) **Dívida bancária líquida e o EBITDA/recorrente:** igual ou inferior a 3,5;
- ii) **Liquidez corrente (AC/PC):** igual ou superior a 1,0 no primeiro semestre 2024; e 1,1 a partir do segundo semestre de 2024; e
- iii) **Cobertura de juros (EBITDA/despesa financeira líquida):** igual ou superior a 1,5 em relação às demonstrações contábeis no primeiro e segundo semestre de 2024 e do primeiro semestre de 2025; igual ou superior a 1,75 com relação as demonstrações contábeis a partir do segundo semestre de 2025.

Os *covenants* contratuais aos quais a Companhia está sujeita são auferidos semestralmente e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atendeu a todos. Estes são os *covenants* contábeis (financeiros) e os *covenants* não contábeis (não financeiros). Diante do cumprimento das obrigações assumidas, não houve exigência de pagamento antecipado ou qualquer alteração nos termos inicialmente pactuados nos empréstimos e financiamentos contratados.

23. Cessão de recebíveis

A Companhia realiza operações de cessão de recebíveis junto a fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCs) multicedentes de mercado, os valores contábeis negociados dos títulos em aberto são de R\$ 17.774 (R\$ 71.390 em 2023) na controladora e R\$ 17.774 (R\$ 101.109 em 2023) no consolidado. Se os recebíveis não forem pagos no vencimento, o fundo poderá solicitar a Companhia a recompra do título não liquidado. Como os riscos e benefícios relevantes desses recebíveis não foram transferidos, a Companhia reconheceu o caixa recebido na transferência como passivo na rubrica de Cessão de Recebíveis.

24. Salários e obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ordenados e salários	4.680	3.663	7.351	5.448
Contribuições a recolher sobre folha	2.134	2.057	3.371	3.193
Provisão de férias e encargos	10.348	9.451	15.358	13.571
Total	17.162	15.171	26.080	22.212

25. Parcelamentos, impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Parcelamentos (*)	17.694	18.192	29.457	29.522
IRPJ/CSLL	98	292	454	146
Pis/Cofins	1.093	450	1.093	450
Imposto e contribuições retidos na fonte	855	998	1.162	1.269
ICMS	191	220	336	281
Outros impostos e taxas	271	160	2.449	230
Total	20.202	20.312	34.951	31.898
Não circulante (*)				
2025	-	16.399	-	27.398
2026	10.262	9.767	18.001	16.964
2027	7.213	6.627	13.797	12.653
2028	1.300	1.189	1.693	1.548
Total	18.775	33.982	33.491	58.563
Total	38.977	54.294	68.442	90.461

(*) A Companhia está adimplente com os parcelamentos, todos negociados no momento inicial em 60 parcelas e referem-se a parcelamentos de INSS, ICMS e IPTU.

26. Provisão para riscos

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

	Controladora				Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Depósitos judiciais	Líquido	Tributárias e Cíveis	Trabalhistas	Depósitos judiciais	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	560	(123)	437	838	731	(125)	1.444
Adições – provisão	-	464	36	500	49	464	36	549
Baixas – Reversão e Pagamento	-	-	-	-	-	(129)	(19)	(148)
Atualizações	-	-	(5)	(5)	-	-	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	1.024	(92)	932	887	1.066	(113)	1.840
Adições – provisão	6	-	1	7	3.779	-	19	3.798
Baixa - Reversão e Pagamento	-	(5)	-	(5)	-	(10)	-	(10)
Atualizações	-	-	(4)	(4)	-	-	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6	1.019	(95)	930	4.666	1.056	(98)	5.624

Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$ 28.565 na controladora (R\$ 32.703 no consolidado) tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão. Destes valores, R\$ 2.642 na controladora (R\$ 5.852 no consolidado) referem-se a ações de natureza trabalhista. Ações de natureza fiscal (Imposto Territorial Rural -ITR, Contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros e Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) montam em R\$ 20.803 na controladora (R\$ 21.732 no consolidado). As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$ 5.119 na controladora (R\$ 5.119 no consolidado).

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial. Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

27. Capital social e reservas

a) Capital social

O capital social é de R\$150.000 e está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

b) Reservas de lucros

Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Estatutária

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento), no mínimo, serão aplicados na constituição da reserva para o desenvolvimento, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo imobilizado ou em novos investimentos, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Incentivos fiscais e subvenções

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da Sudene, gozam de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado, como redução da despesa de Imposto de Renda. Por determinação da Sudene a comprovação do benefício deverá registrada em reserva. Os benefícios apurados durante os períodos de prejuízos contábeis deverão ser recompostos assim que a empresa cobrir os prejuízos acumulados, diante das determinações a Administração irá propor a constituir a reserva de R\$8.346, utilizando parte remanescente do lucro contábil apurado em 2024.

A Companhia usufruiu benefício estadual relativo ao Crédito Presumido do ICMS criado pela Lei nº 14.559/2002 do Estado de Minas Gerais, regulamento pelo Decreto 43.508/2003, o montante de crédito apurado no período de 2014 a 2023 de foi R\$114.151, sendo este valor utilizado na exclusão na determinação do lucro real e não tributado pelo PIS e a Cofins. O valor acima foi superior aos prejuízos contábeis apurados no período de 2014 a 2022, o que impediu a constituição da reserva de lucro de subvenções para investimentos. A Lei Federal nº 12.973/2014 que trata de subvenções para investimentos em seu artigo 30 (em vigor até 01/01/2024) estabelece: "As subvenções para investimentos, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere, e que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, aumento do capital social. No parágrafo 1º determina que a pessoa jurídica que deverá recompor a reserva à medida que recompor a reserva à medida que forem apurados lucros no períodos subsequentes. No parágrafo 2º determina que as subvenções serão tributadas caso não seja observado o disposto no parágrafo 1º ou seja dada destinação diversa. Diante das determinações fiscais, visando a não tributação do incentivo recebido, a Administração irá propor na Assembleia Geral constituir parte da reserva R\$80.761, utilizando parte remanescente do lucro contábil apurado em 2024.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros Acumulados.

d) Destinações do lucro líquido do exercício e Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto.

	Controladora	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	110.535	80.354
Realização do custo atribuído	(113)	(336)
Absorção de prejuízos de anos anteriores	(11.415)	(80.018)
Base para destinações	99.007	-
Constituição 5% para reserva legal	(4.950)	-
Constituição 5% para reserva estatutária	(4.950)	-
Constituição da reserva incentivo Sudene de isenção do imposto de renda	(8.346)	-
Constituição de parte da reserva para o incentivo estadual do crédito presumido de ICMS	(80.761)	-
Total	-	-

	Consolidado	
	2024	2023
Lucro do exercício	110.590	80.189
Realização do custo atribuído	(113)	(336)
Absorção de prejuízos de anos anteriores	(11.360)	(79.853)
Base para destinações	99.117	-
Constituição 5% para reserva legal	(4.950)	-
Constituição 5% para reserva estatutária	(4.950)	-
Constituição da reserva incentivo Sudene de isenção do imposto de renda	(8.346)	-
Constituição de parte da reserva para o incentivo estadual do crédito presumido de ICMS	(80.871)	-
Total	-	-

(*) Constituição de reserva de Subvenção para investimento, relativa ao benefício estadual do Crédito presumido de ICMS apurado em períodos anteriores de prejuízos contábeis. Nota Explicativa nº 27.b reserva de lucros.

28. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais demonstrações contábeis separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

As três fábricas da Companhia em conjunto com a fábrica de sua controlada, se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins e denim) utilizados principalmente para vestuário. Compartilham também a mesma estrutura de um Centro de Distribuição para expedição de seus produtos.

29. Receita líquida de vendas

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta				
Vendas mercado interno	1.173.567	1.165.579	1.164.611	1.255.404
Vendas mercado externo	22.692	23.795	30.840	42.233
Total	1.196.259	1.189.374	1.195.451	1.297.637
Deduções de vendas				
ICMS, PIS e Cofins	(198.719)	(179.431)	(148.660)	(165.921)
Devoluções e abatimentos	(7.910)	(12.412)	(10.014)	(16.277)
Total	(206.629)	(191.843)	(158.674)	(182.198)
Receita líquida	989.630	997.531	1.036.777	1.115.439

30. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários, incluindo custo de rescisões	(75.173)	(74.465)	(114.606)	(111.116)
Benefícios	(23.616)	(23.289)	(38.848)	(37.916)
Custos previdenciários e FGTS	(26.709)	(25.855)	(41.385)	(39.275)
Matéria-prima e materiais de consumo	(525.032)	(512.392)	(392.906)	(467.493)
Energia elétrica	(45.048)	(46.154)	(72.367)	(70.451)
Combustíveis	(40.967)	(38.360)	(45.959)	(45.452)
Manutenções/serviços de terceiros	(27.306)	(24.177)	(35.342)	(30.875)
Depreciações e amortizações (Notas Explicativas nºs 17, 18 e 19)	(20.593)	(19.617)	(23.190)	(23.595)
Comissões	(17.801)	(19.522)	(19.409)	(23.205)
Fretes	(19.538)	(19.422)	(28.918)	(26.365)
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 9)	(1.088)	(678)	(2.727)	(2.947)
Outras despesas	(29.699)	(30.495)	(38.788)	(36.328)
Total	(852.570)	(834.426)	(854.445)	(915.018)
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(754.501)	(730.363)	(729.585)	(779.924)
Despesas comerciais	(48.679)	(51.737)	(60.862)	(63.640)
Despesas gerais e administrativas	(39.524)	(36.263)	(50.025)	(44.303)
Custo da ociosidade (Nota Explicativa nº 31) (*)	(9.866)	(16.063)	(13.973)	(27.151)
Total	(852.570)	(834.426)	(854.445)	(915.018)

(*) Custos da Ociosidade é considerado como Outras despesas.

31. Outras receitas/(despesas) líquidas

Outras receitas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Venda de energia elétrica	151	43	182	209
Receita na venda de imobilizado	146	2.453	590	1.091
Reversão de perdas	926	1.345	1.431	1.959
Prêmio de seguro	181	1.275	181	2.230
Prêmio de reciprocidade bancária	1.000	-	1.000	-
Outras receitas	124	182	225	251
Total	2.528	5.298	3.609	5.740
Outras despesas				
Provisão para perdas	(1.463)	(2.024)	(6.791)	(2.656)
Custo da ociosidade	(9.866)	(16.063)	(13.973)	(27.151)
Despesas tributárias	(2.434)	(4.090)	(3.550)	(6.164)
Custos na venda de imobilizado	(866)	(1.564)	(1.802)	(411)
Custo de sinistro	(185)	(642)	(185)	(1.336)
Realização de bens destinados a venda	-	(1.075)	-	(1.075)
Outras despesas	(112)	(28)	(1.135)	(106)
Total	(14.926)	(25.486)	(27.436)	(38.899)
Total	(12.398)	(20.188)	(23.827)	(33.159)

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Descontos ativos	511	548	570	707
Receita de aplicações financeiras	2.755	909	3.106	1.658
Juros recebidos de clientes	2.362	1.741	2.928	2.391
Receitas financeiras de controladas	217	13.782	-	-
Atualização de depósitos judiciais e do precatório	3	9	3	10
Atualização do crédito de Pis e Cofins sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (Nota Explicativa nº 11)	-	198	-	2.137
Pis e Cofins sobre Crédito Presumido de ICMS	-	412	-	412
Outras receitas financeiras	80	281	144	288
Total	5.928	17.880	6.751	7.603
Variações cambiais ativas	3.872	5.964	5.286	7.122
Total	9.800	23.844	12.037	14.725
Despesas financeiras				
Despesas financeiras – controladas	(97)	(13)	-	-
Juros de Arrendamento	(7.350)	(4.132)	(7.794)	(1.489)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(250)	(194)	(882)	(2.073)
Juros pagos a fornecedores	(13)	(791)	(17)	(1.079)
Juros risco sacado	-	(2.573)	-	(4.322)
Juros e encargos sobre financiamentos	(46.290)	(31.643)	(58.943)	(45.465)
Juros e mora sobre impostos e contribuições	(4.014)	(8.430)	(6.944)	(13.693)
Cessão de recebíveis	(4.556)	(17.931)	(6.036)	(23.998)
Descontos concedidos	(8)	(5)	(163)	(27)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outras despesas financeiras	(5.459)	(2.392)	(8.503)	(3.268)
Total	(68.037)	(68.104)	(89.282)	(95.414)
Variações cambiais passivas	(3.861)	(4.984)	(5.871)	(6.825)
	(71.898)	(73.088)	(95.153)	(102.239)
Total	(62.098)	(49.244)	(83.116)	(87.514)

33. Imposto de renda e contribuição social

- a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está descrita a seguir:

	Controladora			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	81.395	99.967	81.395	99.967
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(20.349)	(24.992)	(7.326)	(8.997)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	3.161	(1.729)	1.138	(623)
Outros	(1.245)	(104)	(521)	(209)
IR e CSLL ajustados	(18.433)	(26.825)	(6.709)	(9.829)
Incentivo da Sudene	565	3.851	-	-
PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador	293	409	-	-
Total	(17.575)	(22.565)	(6.709)	(9.829)
Crédito tributário aproveitado de prejuízos anteriores	36.335	9.453	17.089	3.328
IR e CSLL efetivos	18.760	(13.112)	10.380	(6.501)
Alíquota efetiva	24,95%	18,64%	-	-
Parcela corrente	(11.855)	(12.560)	(4.459)	(6.315)
Parcela diferida	30.615	(552)	14.839	(186)

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	82.128	101.185	82.128	101.185
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(20.532)	(25.296)	(7.392)	(9.107)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada na controlada	(1.763)	(882)	-	-
Outros	1.080	1.656	213	703
IR e CSLL ajustados	(21.215)	(24.522)	(7.179)	(8.404)
Incentivo da Sudene	565	3.851	-	-
PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador	293	409	-	-
	(20.357)	(20.262)	(7.179)	(8.404)
Crédito tributário aproveitado (não reconhecido contabilmente) sobre prejuízos fiscais	38.420	5.831	17.578	1.839
IR e CSLL efetivos	18.063	(14.431)	10.399	(6.565)
Parcela corrente	(13.564)	(13.529)	(5.178)	(6.385)
Parcela diferida	31.627	(902)	15.577	(180)

b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado a seguir:

Ativo	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	125.739	154.935	116.339	145.840	367.786	356.814	348.815	338.142
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	(20.922)	(29.196)	(20.924)	(29.501)	11.860	10.972	11.857	10.673
Provisões de obrigações operacionais	10.630	6.799	10.630	7.046	17.911	8.382	17.911	8.629
Provisões reduções de ativos	7.468	1.619	7.092	2.020	10.707	6.775	10.445	6.587
Provisões de contingências	1.026	1.024	1.026	1.024	5.834	1.953	5.834	1.953
Diferenças intertemporais								
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	123.941	135.181	114.163	126.429	414.098	384.896	394.862	365.984
Alíquotas (i)	25%	25%	9%	9%	13,5% a 25%	13,5% a 25%	9%	9%
Crédito tributário	30.985	33.795	10.275	11.379	70.156	67.506	35.538	32.939
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (ii)	8.023	(25.213)	7.762	(8.114)	(27.110)	(55.930)	(14.926)	(27.857)
Total de imposto de renda e contribuição diferidos ativos	39.008	8.582	18.037	3.265	43.046	11.576	20.612	5.082
Total de imposto de renda e contribuição diferidos passivos	(20.394)	(20.582)	(8.040)	(8.108)	(26.955)	(27.111)	(11.992)	(12.040)
Impostos diferidos ativos (passivos)	18.614	(12.000)	9.997	(4.843)	16.091	(15.535)	8.620	(6.958)

(i) As taxas efetivas de imposto de renda da controlada para Santo Antônio é 13,50% em 2024 e 2023.

(ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2028, conforme estudo aprovado pela administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
2024	-	11.847	-	13.229
2025	8.353	-	9.839	1.622
2026	10.982	-	12.525	1.543
2027	12.467	-	14.071	264
2028 e 2029	25.243	-	27.223	-
Total	57.045	11.847	63.658	16.658

c) A composição dos tributos diferidos passivos é conforme apresentado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	90.091	90.562	90.091	90.562	133.775	133.825	133.775	133.825
Diferença depreciação contábil x fiscal (Parecer normativo nº 1 de 29 de julho de 2011)	(103)	(76)	(103)	(76)	(584)	(543)	(584)	(543)
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(654)	(395)	(654)	(395)	59	493	59	493
Base	89.334	90.091	89.334	90.091	133.250	133.775	133.250	133.775
Alíquotas	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%
Saldo impostos passivos diferidos	20.394	20.582	8.040	8.108	26.955	27.111	11.993	12.040

d) Subvenções governamentais

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da Sudene, gozam de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia e sua controlada:

- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial, unidade Caetano Mascarenhas, com vigência a partir do ano calendário de 2018 até o ano calendário de 2027, Laudo Constitutivo do MIT nº 198/2018 e Ato Declaratório Executivo nº 5 da DRFB-MC de 27 de março de 2019; e
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial, unidade Victor Mascarenhas, com vigência a partir do ano calendário de 2018 até o ano calendário de 2027, Laudo Constitutivo do MIT nº 353/2018 e Ato Declaratório Executivo nº 6 da DRFB-MC de 27 de março de 2019.

A Companhia procede a contabilização da reserva de lucros referente a subvenção para investimento conforme estabelecido pelo Art. 30 da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 que determina a utilização da reserva de incentivo fiscal a partir da absorção de prejuízos, desde que anteriormente tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal. Adicionalmente, de acordo com o § 3º da lei mencionada anteriormente, se, no período de apuração, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais e, nesse caso, não puder ser constituída como parcela de lucros nos termos do *caput*, esta deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

34. Lucro líquido por ação

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios de 2024 e 2023 (em milhares, exceto valores por ação):

	2024			2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido do exercício	63.082	47.453	110.535	45.858	34.496	80.354
Denominador						
Média ponderada do número de ações	5.707	4.293	10.000	5.707	4.293	10.000
Lucro líquido básico e diluído por ação	11,05	11,05	11,05	8,04	8,04	8,04

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

35. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. Em 27 de setembro de 2024 foi contratada cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, totaliza na controladora R\$ 37.726 (consolidado R\$ 60.000). Com relação ao seguro de veículos em caso de sinistro a Companhia receberá de forma integral os valores conforme determinados pela tabela FIPE, totalizando na controladora R\$ 3.978 (consolidado R\$ 5.015).

36. Contratos futuros

A Companhia possui contratos de fornecimento de algodão para entrega futura, com preços a serem fixados conforme cotações do índice Esalq e/ou mercado futuro de algodão na Bolsa de Nova York (*Intercontinental Exchange – ICE*);

A Companhia possui contratos de longo prazo de fornecimento de energia elétrica.

Os valores assumidos podem ser assim resumidos:

Natureza	R\$ - USD milhões	Prazo
Aquisição de algodão (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - Esalq)	R\$ 67,48	até 12/2025
Aquisição de algodão (<i>International Cotton Exchange - ICE</i>) Bolsa de NY	USD 14,50	até 12/2025
Aquisição de energia	R\$ 148,00	até 12/2027

37. Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Capitalização de juros de empréstimos	1.065	1.363	1.527	1.524
Bens destinados a venda	2.872	-	2.872	-
Pis e Cofins sobre arrendamentos	4.305	-	1.293	-
Arrendamento financeiro	10.376	42.705	11.113	5.732
Aporte de capital em controlada com empréstimos de partes relacionadas	-	81.000	-	-

38. Eventos subsequentes

O Conselho de Administração da Companhia recebeu do seu Diretor-Presidente, Marco Antônio Branquinho Junior, a manifestação da sua decisão de não mais continuar no cargo, o que ocorreu em 28 de fevereiro de 2025. Foi designado pelo Conselho o Fabio Mascarenhas Alves para completar o mandato, acumulando com os cargos de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado.

Em 14 de março de 2025 foi eleito para compor a Diretoria Patrick Melo Pinheiro com mandato até a AGO a ser realizada em 30 de abril de 2025.

Em 12 de março de 2025 a Companhia em atendimento à Resolução CVM nº 44/2021, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, o quanto segue:

A Companhia foi informada pelos integrantes do Comitê Executivo que representa seus acionistas controladores, que foram descontinuadas as negociações com a VICUNHA TÊXTIL S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.332.190/0001-93 (“Vicunha”) relativas a uma potencial alienação do controle acionário da Companhia.

Conselho de administração

Fabiano Soares Nogueira – Presidente

André Maurício Miranda – Vice-presidente

Renato Mascarenhas Alves

Victor Mascarenhas de Freitas Borges

Adauto Alves Ribas

Haroldo Guimarães Brasil

Marco Túlio Fernandes Ferreira

Diretoria

Marco Antônio Branquinho Junior – Diretor presidente

Fábio Mascarenhas Alves – Diretor administrativo-financeiro e de relações com investidores

Luiz César Guimarães – Diretor comercial

Responsáveis técnicos

Paulo César Soares – Gerente de Controladoria – Contador CRC-MG 32.041/O-4

Antônio Pereira Filho – Contador CRC-MG 49.896/O-1

* * *

Orçamento de Capital

2025 - Valores em R\$ mil

Aplicações	212.596
Investimentos	54.481
Amortizações de financiamentos e parcelamento de impostos	158.115

Fontes	212.596
Geração própria e/ou novos financiamentos e/ou desinvestimentos	207.646
Reserva para o desenvolvimento	4.950
Lucros retidos	-

Para fazer frente às necessidades de capital para aplicação em investimentos e amortizações de dívidas, serão necessários R\$ 212,6 milhões. As fontes de recursos serão a geração própria e captação de recursos de terceiros

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício 2024, autorizando sua conclusão nesta data.

Belo Horizonte, 24 de março de 2025.

Marco Antônio Branquinho Junior – Diretor Presidente

Fábio Mascarenhas Alves – Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Luiz César Guimarães – Diretor Comercial

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024, emitido nesta data. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Belo Horizonte, 24 de março de 2025.

Marco Antônio Branquinho Junior – Diretor Presidente

Fábio Mascarenhas Alves – Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Luiz César Guimarães – Diretor Comercial